



# DIÁRIO

# da Assembleia da República

I LEGISLATURA

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1978-1979)

## REUNIÃO PLENÁRIA DE 13 DE FEVEREIRO DE 1979

**Presidente:** Ex.º Sr. Teófilo Carvalho dos Santos

**Secretários:** Ex.º Srs. Eurico Manuel das Neves Henriques Mendes  
 José Gonçalves Sepinho  
 Maria José Paulo Sampaio  
 José Manuel Maia Nunes de Almolda

**SUMÁRIO:** — O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 40 minutos.

**Antes da ordem do dia.** — Após o Sr. Presidente ter proferido palavras de solidariedade para com as vítimas dos temporais e das cheias que têm assolado o País nos últimos dias, foi referida pela Mesa a apresentação de dois votos de pesar, um do PSD e outro da UDP, respeitantes ao mesmo assunto. Usaram depois da palavra os Srs. Deputados Veiga de Oliveira (PCP), Magalhães Mota (PSD) e Acácio Barreiros (UDP) no sentido de apenas ser considerado um voto a apresentar pelo Sr. Presidente, o que foi aprovado por unanimidade.

Em seguida a Sr.ª Deputada Carmelinda Pereira (Indep.) apresentou um voto de protesto contra o ataque do Governo aos trabalhadores dos TLP em greve, ordenando a sua requisição civil. Sobre este voto interviveram os Srs. Deputados Magalhães Mota (PSD) — que depois respondeu a um pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Acácio Barreiros (UDP) —, Salgado Zenha (PS) — que requereu a não admissão do voto —, Aquilino Ribeiro (PS), Basílio Horta (CDS), Carmelinda Pereira (Indep.) — que protestou contra as intervenções anteriores, acabando o Sr. Presidente por lhe retirar a palavra por não entender como protesto as suas considerações —, Acácio Barreiros (UDP) e Veiga de Oliveira (PCP). Rejeitada a admissão do voto de protesto, emitiram declaração de voto os Srs. Deputados Rui Pena (CDS), Carlos Brito (PCP), Salgado Zenha (PS), Acácio Barreiros (UDP) e Magalhães Mota (PSD). A Deputada proponente pediu ainda a palavra para protestar quanto à intervenção do Sr. Deputado Veiga de Oliveira (PCP), o que não lhe foi consentido, pelo que interpois recurso da decisão da Mesa, tendo o mesmo sido rejeitado. Após o Sr. Deputado Acácio Barreiros (UDP) ter protestado contra a forma como foi feita a votação, usaram da palavra para declaração de voto os Srs. Deputados Salgado Zenha (PS) — que depois respondeu a um protesto do Sr. Deputado Acácio Barreiros (UDP) — e Carlos Brito (PCP).

A Mesa deu conta de um ofício do Sr. Presidente da República pedindo o assentimento da Assembleia para a sua deslocação oficial à República da Guiné-Bissau e da baixa do mesmo à Comissão de Negócios Estrangeiros e Emigração para emissão de parecer, da apresentação de alguns requerimentos e do recebimento de várias respostas a requerimentos.

Em declaração política, o Sr. Deputado Acácio Barreiros (UDP) criticou a forma como o Governo tem actuado face à greve dos trabalhadores dos TLP.

Também em declaração política, o Sr. Deputado José Nisa (PS) referiu o que tem sido a tragédia, a nível nacional, causada pelo mau tempo que se tem feito sentir, associando-se às suas palavras os Srs. Deputados Magalhães Mota (PSD), Vitor Louro (PCP) — que também suscitou um esclarecimento do Sr. Deputado José Luís Nunes (PS) — e Carvalho Cardoso (CDS).

O Sr. Deputado Severiano Falcão (PCP), após ter prestado um esclarecimento a propósito das palavras antes proferidas pelo Sr. Deputado Magalhães Mota (PSD), criticou a actuação do Governo face à greve dos trabalhadores dos TLP e deu esclarecimentos sobre a posição destes. Na sequência desta intervenção usaram da palavra, a diverso título, os Srs. Deputados Magalhães Mota (PSD), Nuno Abecasis (CDS) — que respondeu depois a um esclarecimento do Sr. Deputado Severiano Falcão (PCP) —, Cunha Leal (PSD) e Veiga de Oliveira (PCP).

A Sr.ª Deputada Amélia de Azevedo (PSD) fez uma apreciação crítica global do programa de Filosofia dos dois anos do curso complementar.

O Sr. Deputado Manuel Dias (PS) referiu-se também aos prejuízos causados pelas cheias dos últimos dias.

O Sr. Deputado Cunha Simões (CDS) referiu a situação de abandono a que tem sido votado o património artístico nacional.

Por sugestão do Sr. Presidente, a Assembleia guardou um minuto de silêncio na passagem de mais um ano sobre a data em que foi assassinado o general Humberto Delgado.

**Ordem do dia.** — Foi lido pelo Sr. Deputado Guerreiro Norte (PSD) e aprovado um relatório da Comissão de Regimento e Mandatos relativo à substituição de um Deputado do PS.

O Sr. Deputado Jorge Leite (PCP) procedeu à apresentação do projecto de lei n.º 186/I — Alterações ao regime jurídico da regulamentação de trabalho.

Foi ainda aprovada a concessão da urgência solicitada pelo PCP para apreciação dos seguintes projectos de lei: n.º 165/I — Educação e ensino especial; n.º 170/I — Comissões consulares de emigrantes, e n.º 175/I — Protecção contra despedimentos dos representantes dos trabalhadores, seguindo-se declarações

*de voto dos Srs. Deputados António Esteves (PS), Carlos Robalo (CDS) e Veiga de Oliveira (PCP).*

*Antes de encerrar a sessão, o Sr. Presidente manifestou, em nome da Câmara, ao Sr. Secretário Maia Nunes de Almeida per-*  
*sar pela morte de seu pai.*

*A sessão foi encerrada às 19 horas e 50 minutos.*

O Sr. Presidente: — Vai proceder-se à chamada.

*Eram 15 horas e 25 minutos.*

*Fez-se a chamada, à qual responderam os seguintes Srs. Deputados:*

**Partido Socialista (PS)**

Alberto Marques Antunes.  
Alfredo Fernando de Carvalho.  
Alfredo Pinto da Silva.  
Amadeu da Silva Cruz.  
António Barros dos Santos.  
António Cândido Miranda Macedo.  
António Chaves Medeiros.  
António Duarte Arnaut.  
António José Pinheiro da Silva.  
António Manuel de Oliveira Guterres.  
Avelino Ferreira Loureiro Zenha.  
Carlos Justino Luis Cordeiro.  
Carlos Manuel da Costa Moreira.  
Dieter Dellinger.  
Eduardo Ribeiro Pereira.  
Fernando Reis Luís.  
Florival da Silva Nobre.  
Francisco de Almeida Salgado Zenha.  
Francisco António Marcos Barracosa.  
Francisco Igrejas Caeiro.  
Francisco Manuel Marcelo Curto.  
Gualter Viriato Nunes Basílio.  
Henrique do Carmo Carminé.  
João Alfredo Félix Vieira Lima.  
João Francisco Ludovico da Costa.  
José Ferreira Dionísio.  
José Manuel Niza Antunes Mendes.  
Luis Abilio da Conceição Cacito.  
Luis Alfredo Cardoso Monteiro.  
Luis José Godinho Cid.  
Manuel Alegre de Melo Duarte.  
Manuel Alfredo Tito de Moraes.  
Manuel do Carmo Mendes.  
Manuel Francisco Costa.  
Manuel Joaquim Paiva Pereira Pires.  
Manuel Pereira Dias.  
Manuel Santos Cabanas.  
Raul d'Assunção Pimenta Rego.  
Teófilo Carvalho dos Santos.  
Vasco da Gama Lopes Fernandes.  
Victor Fernandes de Almeida.

**Partido Social Democrata (PSD)**

Amândio Anes de Azevedo.  
Amélia Cavaleiro M. de A. de Azevedo.  
António Augusto Lacerda de Queirós.  
António Egídio Fernandes Loja.  
António José dos Santos M. da Silva.  
António Manuel Barata Portugal.  
Arcanjo Nunes Luís.  
Arnaldo Ângelo Brito Lhamas.  
Augusto Nunes de Sousa.  
Carlos Alberto Coelho de Sousa.

Cristóvão Guerreiro Norte.

Francisco da Costa Lopes Oliveira.

Gabriel Ribeiro da Frada.

João Gabriel Soeiro de Carvalho.

João Lucílio Cacela Leitão.

João Manuel Ferreira.

Joaquim Jorge de Magalhães S. da Mota.

José Bento Gonçalves.

José Gonçalves Sapinho.

José Júlio Carvalho Ribeiro.

José Theodoro de Jesus da Silva.

Luis Fernando C. Nandim de Carvalho.

Manuel Cardoso Vilhena de Carvalho.

Manuel Henriques Pires Fontoura.

Manuel Valentim Pereira Vilar.

Maria Helena do Rego da Cosra S. Roseta.

Maria Rita S. de Almeida P. M. L. Vidal.

Mário Júlio Montalvão Machado.

Nicolau Gregório de Freitas.

Nuno Aires Rodrigues dos Santos.

Olívio da Silva França.

Pedro Manuel Cruz Roseta.

Victor Hugo Mendes dos Santos.

**Centro Democrático Social (CDS)**

Adriano Vasco da Fonseca Rodrigues.

Alexandre Correia Carvalho Reigoto.

Álvaro Dias de Sousa Ribeiro.

Ângelo Alberto Ribas da Silva Vieira.

Basílio Adolfo Mendonça Horta da Franca.

Carlos Martins Robalo.

Emídio Ferrão da Costa Pinheiro.

Francisco António Lucas Pires.

Francisco Manuel L. V. Oliveira Dias.

João José M. F. Pulido de Almeida.

Joaquim A. da F. P. de Castelo Branco.

José Cunha Simões.

José Vicente de J. Carvalho Cardoso.

Luis Aníbal de Sá de Azevedo Coutinho.

Luis Esteves Ramires.

Maria José Paulo Sampaio.

Rui Eduardo Ferreira Rodrigues Pena.

**Partido Comunista Português (PCP)**

Álvaro Augusto Veiga de Oliveira.

António Joaquim Navalha Garcia.

António Marques Juzarte.

António Marques Pedrosa.

Cândido de Matos Gago.

Carlos Alberto do Vale G. Carvalhas.

Carlos H. S. Aboim Inglês.

Custódio Jacinto Gingão.

Diamantino José Dias.

Ercília Carreira Pimenta Talhadas.

Fernanda Peleja Patrício.

Francisco Miguel Duarte.

Fernando de Almeida Sousa Marques.

Georgete de Oliveira Ferreira.

Hermenegilda Rosa C. Pacheco Pereira.

Jaime dos Santos Serra.

Jerónimo Carvalho de Sousa.

Jorge do Carmo da Silva Leite.

Jorge Manuel Abreu de Lemos.

José Cavalheira Antunes.

José Manuel da Costa Carreira Marques.

José Manuel Maia Nunes de Almeida.  
 José Rodrigues Vitoriano.  
 Lino Carvalho de Lima.  
 Manuel Duarte Gomes.  
 Manuel Mendes Nobre de Gusmão.  
 Manuel do Rosário Moita.  
 Maria Alda Barbosa Nogueira.  
 Nicolau Ascenção M. Dias Ferreira.  
 Raul Luís Rodrigues.  
 Severiano Pedro Falcão.  
 Victor Henrique Louro de Sá.

#### União Democrática Popular (UDP)

Acácio Manuel de Frias Barreiros.

#### Independentes

Carlos Galvão de Melo.  
 Carmelinda Maria dos Santos Pereira.  
 Reinaldo Jorge Vital Rodrigues.

O Sr. Presidente: — Estão presentes 127 Srs. Deputados.

Temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

*Eram 15 horas e 40 minutos.*

### ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, em face da calamidade que invadiu o País, entendo eu, Presidente desta Assembleia, dever publicamente manifestar o pesar que todos nós sentimos, pesar esse também já manifestado pelo Sr. Presidente da República e pelas forças armadas.

Efectivamente, neste momento em que a amargura, a desolação, o sofrimento e a dor invadiram grande parte da população portuguesa, com campos devastados, culturas perdidas e males inenarráveis, não podia esta Assembleia ficar indeferente ao sofrimento de tantos portugueses, ao sofrimento e à dor de tantas famílias que se vêem arrastadas, muitas delas, para a miséria.

Perante as circunstâncias, em nome desta Assembleia, apresento a todas as famílias atingidas o nosso sentido pesar pelo seu sofrimento e, ao mesmo tempo, envio ao Governo um pedido para que, dentro das possibilidades, procure minimizar a desgraça e a dor que as atingiram, dando-lhes o maior auxílio possível.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Espero que a Assembleia se manifeste no sentido de eu poder transmitir ao Governo esta expressão de pesar.

Aplausos gerais.

O Partido Social-Democrata e a UDP apresentaram dois votos de pesar no sentido daquilo que acabo de expor à Assembleia.

Vai proceder-se à leitura do voto apresentado pelo PSD.

*Foi lido. É o seguinte:*

A Assembleia da República solidariza-se com todos os que sofreram, de algum modo, os rigores dos temporais que assolararam Portugal.

P' todo o País ficou assinalado este período pelo sofrimento e angústia de muitos, como pela perda de inúmeros bens.

Mas porque a solidariedade da Assembleia, como órgão político, em actos se deve traduzir, a Assembleia traduz o seu sentir exortando o Governo a prosseguir na minimização dos efeitos do temporal e na reparação dos danos.

O Sr. Presidente: — Vai proceder-se agora à leitura do voto apresentado pela UDP.

*Foi lido. É o seguinte:*

A Assembleia da República manifesta o seu pesar diante da dramática situação criada pelas cheias que recentemente assolararam extensas regiões do nosso país, solidarizando-se com todas as vítimas.

A Assembleia da República saúda as corporações de bombeiros pelo seu trabalho abnegado em defesa das populações atingidas e apela à mais ampla solidariedade nacional para apoio pronto às pessoas que neste momento se vêem desalojadas e vítimas das maiores dificuldades e aflições.

A Assembleia da República espera do Governo rápidas e eficazes medidas para indemnizar todos os que foram vítimas das inundações e recomenda o estudo urgente de planos que permitam evitar que catástrofes como esta se voltem a repetir.

O Sr. Presidente: — Estão em discussão estes dois votos de pesar.

Tem a palavra o Sr. Deputado Veiga de Oliveira.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não pedi a palavra para discutir o que ouvimos ler — aliás suponho que a Assembleia já manifestou amplamente a concordância com tudo o que se contém nos três votos de pesar. Simplesmente, se não houvesse qualquer inconveniente, suponho que, embora não haja um texto escrito, o voto que deveria sair daqui era aquele que foi proposto pelo Sr. Presidente da Assembleia. Creio que isso reforçava o voto de pesar, sem prejuízo de os jornais noticiarem que tal ou tal partido apresentou um voto de pesar. Quanto a mim, seria preferível que o Sr. Presidente redigisse o seu voto e fosse esse a ser enviado ao Governo.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Magalhães Mota.

O Sr. Magalhães Mota (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Queria simplesmente dizer que, ainda que o Partido Social-Democrata tenha apresentado o seu voto de pesar, nós pensamos que nestas ocasiões o voto unânime da Assembleia da República apresentado pela voz do seu Presidente deve prevalecer, pois parece-nos que deve ser esse voto de pesar a traduzir o ponto de vista de todos nós.

Efectivamente, mais do que dizer que foi este ou aquele partido o primeiro a manifestar-se, numa ocasião destas o que nos parece importante assinalar é que esta é a opção tomada pela Assembleia da República, que esta é a expressão do sentir de todos os Deputados, manifestada através do Presidente que elegemos e que todos temos.

Portanto, nós estamos de acordo que nestas ocasiões deve ser a Mesa a tomar a iniciativa da apresentação de votos e, assim, estaremos também de acordo que neste caso seja o voto da Mesa a prevalecer sobre qualquer dos votos apresentados por partidos.

**Vozes do PSD e do CDS:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Acácio Barreiros.

**O Sr. Acácio Barreiros (UDP):** — Desejo apenas subscrever inteiramente as palavras do Sr. Deputado Magalhães Mota.

**O Sr. Presidente:** — Como mais ninguém deseja usar da palavra, vamos passar à votação do voto de pesar da Mesa da Assembleia e que esta a seguir redigirá.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

**O Sr. Presidente:** — Como ninguém deseja usar da palavra para declaração de voto, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Carmelinda Pereira para proceder à apresentação de um voto de protesto.

**A Sr.<sup>a</sup> Carmelinda Pereira (Indep.):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em todo o País, neste momento, a população trabalhadora considera inaceitáveis os ataques de que é alvo por parte do um Governo com Ministros de Salazar, ataques que se propõem liquidar todas as conquistas do 25 de Abril.

Além disso, os objectivos deste Governo — desde o aumento de todos os preços a um Orçamento Geral do Estado no qual se anuncia a retirada de verbas a sectores prioritários da população, ao mesmo tempo que se reforçam, em cerca de 25%, as verbas para sectores parasitários, como as forças armadas e as forças policiais — fazem ver claramente a todos os trabalhadores que não existem razões para aceitar qualquer pedido de austeridade vindo deste Governo, pois ele propõe-se não deixar pedra sobre pedra daquilo que foi feito pelos trabalhadores portugueses depois do 25 de Abril.

Neste sentido, Sr. Presidente e Srs. Deputados, quero deixar aqui bem claro que as reivindicações dos trabalhadores dos TLP são perfeitamente legítimas e justas, pois, com o custo de vida a aumentar constantemente, vêm que o seu dinheiro não chega para resolver os problemas do dia-a-dia, o que não admira que aconteça com um Governo de homens do passado, ao serviço do passado, ao qual, aliás, pretendem fazer regressar o País.

É assim perfeitamente justo os trabalhadores entrarem em greve, uma das várias liberdades democráticas conquistadas pelos trabalhadores com o 25 de Abril.

O Governo Eanes-Mota Pinto, ao ordenar a requisição civil dos trabalhadores dos TLP, está a violar um dos direitos dos trabalhadores numa sociedade democrática, está a atacar os trabalhadores dos TLP e todos os trabalhadores deste país numa das mais importantes conquistas do 25 de Abril.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não basta dizer que este Governo está isolado da opinião pública, que este Governo é o mais reaccionário depois do 25 de Abril, que o campo democrático é o mais forte. É preciso também agir para impedir este Governo de atacar o 25 de Abril e as suas conquistas através dos sectores de trabalhadores que decidem, eles próprios, tomar em mãos o combate contra o Governo. É neste sentido que proponho à Assembleia que se pronuncie sobre o ataque feito aos trabalhadores dos TLP e à greve por eles desencadeada, protestando pela decisão do Governo Mota Pinto ao ordenar a sua requisição civil.

Vou agora passar à leitura do meu voto de protesto, que é do seguinte teor:

Considerando que o direito à greve é uma liberdade democrática conquistada pelos trabalhadores com o 25 de Abril;

Considerando que os trabalhadores dos TLP têm o direito legítimo de reivindicar aumentos de salários quando o custo de vida sobe escandalosamente e o Governo ainda se propõe lançar um imposto sobre o 13.<sup>º</sup> mês dos trabalhadores, enquanto aumenta em cerca de 25% as verbas para as forças armadas e as forças policiais:

A Assembleia da República protesta contra o ataque feito pelo Governo de Eanes-Mota Pinto aos trabalhadores dos TLP e à liberdade democrática da greve ordenando a requisição civil destes trabalhadores.

**O Sr. Presidente:** — Está em discussão o voto de protesto acabado de apresentar.

Tem a palavra o Sr. Deputado Magalhães Mota.

**O Sr. Magalhães Mota (PSD):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Partido Social-Democrata tem várias vezes anunciado aqui que entende ser indispensável uma modificação do Regimento da Assembleia da República no sentido de conferir aos votos apresentados o seu significado real face ao Regimento.

Com efeito, não nos parece legítimo que a Assembleia da República seja solicitada a pronunciar-se, em termos de uma votação praticamente referendária, em termos de sim ou não, perante qualquer proposta de voto sem que essa proposta seja sujeita a alguns condicionalismos. Sem que isso constitua limitação ao direito de expressão por parte de qualquer Deputado, trata-se de preservar o princípio fundamental do respeito e consequente salvaguarda do período da ordem do dia e do direito de expressão que a todos os Deputados assiste, visto que nos parece errado que os Deputados independentes tenham, pelo simples facto de o serem, mais direitos do que os Deputados integrados num grupo parlamentar.

**O Sr. Carlos Robalo (CDS):** — Muito bem!

**O Orador:** — Mas, independentemente desta posição, que é uma posição de princípio, nós, Partido Social-Democrata, neste momento, e em relação à greve dos trabalhadores dos TLP, não poderemos ignorar o facto de estarmos numa situação de calamidade pública, situação de extrema gravidade que põe em risco as vidas e os bens de muitas pessoas.

**O Sr. Carlos Robalo (CDS):** — Muito bem!

**O Orador:** — Perante uma situação destas, todos os direitos, por mais legítimos que sejam, devem ceder ao dever cívico da solidariedade.

**Vozes do PSD e do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Ainda ontem, na reunião da Câmara Municipal de Lisboa, foi posto em relevo o facto de a central telefónica do Batalhão de Sapadores Bombeiros estar afectada pela greve, facto esse constituindo um considerável problema, dado a central ser essencial para o socorro às populações atingidas pela calamidade que vem devastando o País.

Por outro lado, não nos parece de modo nenhum suficiente pensar que o socorro às populações pode ser obtido através da utilização de cabinas telefónicas, quando se sabe que a maior parte dos telefones não funciona, precisamente no momento em que é preciso uma declaração de urgência e a imediata ponderação da mesma para que o pedido possa ser atendido, tendo em vista até a seriação dos vários pedidos surgidos.

Nestes termos, o Partido Social-Democrata, sem necessidade de mais ponderação, votará contra o voto de protesto apresentado, na medida em que entende que, pelo contrário, o que deveria ser feito era um apelo aos trabalhadores dos TLP para que, independentemente da sua posição reivindicativa, independentemente do seu direito à greve, independentemente das suas posições salariais, atendessesem neste momento prioritariamente ao dever cívico de socorro às populações que sofrem nos seus bens, inclusivamente com risco da própria vida, a calamidade das inundações que, de alguma maneira, a todos nos atinge.

**Aplausos do PSD e do CDS.**

**O Sr. Acácio Barreiros (UDP):** — Sr. Presidente, dâ-me licença?

**O Sr. Presidente:** — Para que efeito, Sr. Deputado?

**O Sr. Acácio Barreiros (UDP):** — Para pedir um esclarecimento ao Sr. Deputado Magalhães Mota.

**O Sr. Presidente:** — Faça favor.

**O Sr. Acácio Barreiros (UDP):** — Sr. Deputado Magalhães Mota, desejava perguntar-lhe o seguinte: na reunião da Câmara Municipal de Lisboa a que se referiu — e que eu desconheço como decorreu — teve-se ou não em conta que os piquetes de trabalhadores dos TLP estão dispostos a fazer — e já o têm feito — determinadas reparações e a garantir o funcionamento, por exemplo, da central te-

lefónica de que falou? Mais: houve da parte do Sr. Deputado o cuidado de verificar se as avarias são motivadas pela greve ou, pelo contrário, por quaisquer das muitas outras causas que constantemente ocorrem?

**Risos do PSD.**

Como quer que seja, tendo presente a disposição dos piquetes de reparação dos trabalhadores dos TLP, bastava aos sapadores bombeiros chamá-los que eles com certeza não deixariam de ir reparar as avarias.

Desejava ainda fazer-lhe outra pergunta, Sr. Deputado: não ocorreu nunca ao PSD pensar que a culpa de toda esta situação é de quem recusa direitos aos trabalhadores, neste caso a administração dos TLP? Ou serão sempre os trabalhadores os eternos culpados?

E como é possível, Sr. Deputado, acabando com a greve, lutar pelas suas reivindicações? Nesse caso ficam eles com os seus direitos constitucionais garantidos?

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Magalhães Mota.

**O Sr. Magalhães Mota (PSD):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Estão presentes nesta Assembleia quer o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, que propôs o voto a que me referi, quer vereadores, os quais, melhor do que eu, poderão dar esclarecimentos complementares ao Sr. Deputado Acácio Barreiros.

Em qualquer caso, direi que, independentemente das intenções, o facto é extremamente simples, mas ao mesmo tempo extremamente relevante. A central telefónica do Batalhão de Sapadores Bombeiros não funciona e os piquetes de intervenção não a repararam.

O segundo facto que queria apontar, e que considero também extremamente relevante, é o seguinte: para além do problema de uma central telefónica de bombeiros impossibilitada de funcionar, a verdade é que não se pode pretender que uma pessoa que precisa de recorrer a um médico a pedir socorro tenha ainda de se deslocar de sua casa, que até pode estar isolada por efeitos da inundaçāo, para ir a uma central telefónica justificar a sua urgência perante um piquete de intervenção. Parece-me que isto é desvirtuar a situação.

Em terceiro lugar, queria dizer, com muita simplicidade, que me parece que todos nós respeitariamos e aceitariamos muito melhor as reivindicações dos trabalhadores dos TLP se neste momento em que, repito, vidas e bens de muita gente estão em perigo eles nos tivessem mostrado, pelo seu exemplo, que acima de tudo colocam o dever cívico de solidariedade para com aqueles que estão em perigo.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Se nós tivéssemos visto tal atitude da parte deles, certamente seria diferente a nossa posição e a de todos os portugueses perante as suas reivindicações. Assim, como essa atitude se não verificou, teremos, infelizmente, de concluir que acima

de tudo o que interessa aos trabalhadores dos TLP são as suas reivindicações próprias, parecendo-me que não é essa a melhor maneira de manifestar o seu interesse de participação no todo nacional.

Creio que todos nós sofremos, neste momento, os riscos que nos envolvem. Suponho que a população — não só a população de Lisboa, privada de água e com a electricidade rationada, mas acima de tudo a população de todo o País, com riscos sofridos, com colheitas perdidas, com gados desaparecidos, castigada com a inclemência do tempo em todo o seu rigor — mais teria respeitado os trabalhadores dos TLP, dirigindo-lhes por isso os seus agradecimentos, se estes tivessem ocorrido, com o mesmo espírito cívico demonstrado, por exemplo, pelos bombeiros, a colaborar na diminuição dos prejuízos e dos riscos que a atingiu.

E creio, Sr. Presidente e Sr. Deputados, que nada — mas nada — impediria que as reivindicações dos trabalhadores dos TLP pudessem prosseguir. Pelo contrário, elas afirmar-se-iam com maior força, com a força que adviria do cumprimento desse dever cívico, se por acaso o tivessem cumprido, não obstante a interrupção da greve por causa das calamidades que assolam todo o território nacional. Se por acaso o tivessem feito, se por acaso tivessem assumido esse dever cívico, então creio que as suas reivindicações assumiriam, para além da justiça intrínseca que lhes poderá estar subjacente, a justiça maior que adviria do facto de terem sacrificado interesses próprios aos interesses de toda a colectividade.

*Aplausos do PSD e do CDS.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Salgado Zenha.

O Sr. Salgado Zenha (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Temos assistido na Assembleia da República a um espectáculo que é uma constante violação, por parte dos Deputados dissidentes, das disposições do nosso Regimento.

Como é sabido, os votos de protesto têm um determinado alcance, que é limitado, e os Deputados dissidentes, porque são dissidentes, não têm evidentemente os mesmos direitos que são consignados pelas próprias leis aos grupos parlamentares, porque estes possuem um número mais elevado de Deputados. Para iludir e violar as disposições regimentais, os Deputados dissidentes, como não podem fazer as suas intervenções políticas de fundo na medida que desejam seguindo o Regimento, inventam votos de pesar e votos de protesto, que apresentam de modo anárquico e caótico no inicio da sessão, nos quais enxertam intervenções políticas de fundo em que criticam o Governo, que está ausente, em que fazem alusões aos mais variados acontecimentos políticos.

Isto é um verdadeiro repto que lançam no meio da Assembleia. A ordem dos trabalhos fica inteiramente subvertida e no fundo, perante uma Assembleia da República que assiste impotente e incapaz ao desenrolar dos acontecimentos, quem decide são os Deputados dissidentes que todos os dias violam o Regimento, sem que nós tenhamos qualquer reacção de protesto. Isto não pode continuar assim.

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Muito bem!

O Orador: — O Partido Socialista entende que aquilo que se está a discutir não é um voto de protesto, mas sim uma intervenção política de fundo, feita com violação flagrante do Regimento, e portanto opõe-se a que seja votado. Esta é a única atitude lógica a tomar.

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Muito bem!

O Orador: — Se porventura os Deputados dissidentes querem fazer intervenções políticas de fundo, façam-nas nos tempos que lhes são atribuídos, segundo a ordem das inscrições. Para aceitar esta violação do Regimento pelos Deputados dissidentes, os grupos parlamentares estão a despojar-se e a abdicar todos os dias dos seus direitos, porque assim não têm tempo para proferir as suas intervenções.

O espectáculo de hoje é verdadeiramente caótico. Fala-se num voto de protesto, mas eu pergunto: onde é que ele está? Até este momento não foi distribuído. Rectifico: chegou agora, já depois de se ter iniciado esta discussão. Portanto o que se pretende é violar o Regimento da Assembleia. Mas nós opom-nos a que este voto de protesto seja votado, porque é uma violação flagrante do Regimento.

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Muito bem!

O Orador: — É uma maneira de violar as disposições regimentais e, digamos, de confiscar os direitos de todos os grupos parlamentares em benefício de dois ou três Deputados dissidentes que monopolizam praticamente o tempo todo.

Aliás é desprestigiante para a própria Assembleia que, quando se criticam actos do Governo, o Governo não esteja presente, que se votem votos de protesto, procedendo a um julgamento em que o réu não se pode defender. Estamos de acordo em que se discutam os actos do Governo, em que se votem votos de protesto ou de crítica em relação ao Governo, mas chamando este, interpelando-o e dando-lhe possibilidades de defesa. Tal como se está a fazer, não é um debate parlamentar, é um jogo de futebol. Como o futebol se joga fora do Parlamento, aqui têm de se seguir as regras parlamentares.

Sendo assim, opom-nos a que o voto de protesto apresentado pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Carmelinda Pereira seja votado, porque, repito, é uma violação flagrante das disposições regimentais.

*Aplausos do PS, do PSD e do CDS.*

O Sr. Aquilino Ribeiro (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra para dar um breve esclarecimento à Câmara.

O Sr. Presidente: — Tenha a bondade.

O Sr. Aquilino Ribeiro (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Foi aqui invocado o meu nome a propósito de uma moção aprovada ontem pela Câmara Municipal de Lisboa.

Devo esclarecer que a Câmara Municipal de Lisboa teria procedido gratuitamente se não estivesse suficientemente informada do modo como os acontecimentos decorreram.

O Sr. Nandim de Carvalho (PSD): — Muito bem!

**O Orador:** — Efectivamente, foi apóis várias solicitações do Comando do Batalhão de Sapadores Bombeiros, não satisfeitas, que este Comando teve de recorrer aos bons ofícios do Sr. Ministro da Defesa, também sem sucesso. Tudo isto acarreta alguns problemas graves, na medida em que o Batalhão de Sapadores Bombeiros está a coordenar toda a acção de abastecimento de água a Lisboa.

*Aplausos do PS, do PSD e do CDS.*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Basílio Horta.

**O Sr. Basílio Horta (CDS):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Independentemente das razões de ordem formal, que invalidam o voto apresentado e que já foram explicitadas pelo Sr. Deputado Salgado Zenha, com as quais concordamos inteiramente, o CDS não pode deixar de dizer de sua justiça.

Em primeiro lugar, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Carmelinda Pereira disse claramente que os trabalhadores dos TLP se levantam contra o Governo. Assim, a Sr.<sup>a</sup> Deputada confessou que a greve dos TLP é uma greve política. Logo, é uma greve que não se destina a satisfazer reivindicações justas dos trabalhadores, mas sim a derrubar o Governo, propósito com que o CDS não pode estar de acordo. O CDS denuncia aqui firmemente essa arrancada de forças totalitárias que parece quererem lançar o País num novo período igual ao que antecedeu o 25 de Novembro. A esse tipo de situações o CDS diz claramente não.

Em segundo lugar, é uma greve que se desenvolve num momento de luto nacional, num momento em que há trabalhadores da zona agrícola do Ribatejo que sofrem e que mereciam uma manifestação de solidariedade por parte dos seus colegas dos TLP. Também aí o CDS tem de dizer clara e resolutamente não. Esta greve é, neste momento, uma greve política, é uma greve antinacional, e o CDS estará de acordo com o Governo em todas as medidas que visem repor a autoridade do Estado, isto é, repor um conceito de democracia, que é um conceito de liberdade e também de responsabilidade.

*Aplausos do CDS e de alguns Deputados do PSD.*

**A Sr.<sup>a</sup> Carmelinda Pereira (Indep.):** — Peço a palavra, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Tenha a bondade.

**A Sr.<sup>a</sup> Carmelinda Pereira (Indep.):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Consta do Regimento desta Assembleia que todos os Deputados podem apresentar votos de pesar, de protesto ou de congratulação. Foi no uso de um direito atribuído pelo Regimento a todos os Deputados que apresentei um voto de protesto. Os Srs. Deputados podem considerar esse voto demasiado importante para terem de se pronunciar sobre ele, mas não o querem fazer. Mas nesse caso vale mais dizerem claramente: não queremos pronunciar-nos sobre tal questão.

O que não podem dizer é que se pretende violar o Regimento, pois os votos de protesto são apresentados sobre aquilo que os Deputados entenderem

apresentar. Não há nada no Regimento que diga quais são os assuntos sobre que se podem apresentar votos de protesto. Já foram apresentados aqui votos de protesto, votos de congratulação e votos de pesar que foram aprovados, não concordando eu com alguns deles. Se não concordo com esses votos, voto contra ou abstengo-me, se concordo, voto a favor. Mas não digo que esses votos são uma violação do Regimento. Afirmar isso é uma maneira muito pouco hábil de esconder a intenção de não se querer pronunciar sobre tal assunto, isto é, se a luta dos trabalhadores dos TLP é justa ou não.

As questões levantadas pelos Srs. Deputados do PPD e do CDS, que invocam a calamidade nacional que se vive neste momento, causada pelas cheias no Ribatejo, e o drama das famílias envolvidas, são uma tentativa de abafar a luta dos trabalhadores dos TLP, a manifestação de um pezar e de sentimentos de dor nos quais o povo não acredita. Se estão tão preocupados com a situação dessas famílias, a solução é muito simples, Srs. Deputados: é esta Assembleia decidir que a reivindicação dos TLP é legítima e deve ser satisfeita. Nesse caso, a greve será levantada. Será mais simples do que os apelos aos trabalhadores dos TLP e a chantagem de invocar a situação de calamidade nacional para impedir aqueles trabalhadores de lutarem por uma legítima reivindicação, que o Sr. Deputado Basílio Horta considera como uma reivindicação de carácter político, destinada a derrubar o Governo. Mas eu não retiro aquilo que disse: aquela luta é de facto política. Só que eu não conheço nenhuma acção da vossa parte que não seja política.

*Protestos do PSD e do CDS.*

**O Sr. Basílio Horta (CDS):** — Quem é que representa aquela senhora?!

**O Sr. Presidente:** — Sr.<sup>a</sup> Deputada, interrompo-a para lhe dizer, primeiro, que já se esgotaram os três minutos de que dispunha; depois, que está a fazer uma intervenção e não um protesto; por fim, que o protesto deve ser o mais conciso possível.

Deste modo, peço-lhe que ponha ponto final na sua intervenção.

**A Oradora:** — Sr. Presidente, o meu voto de protesto foi atacado por diversos grupos parlamentares e foi posta em causa a reivindicação dos trabalhadores dos TLP.

**O Sr. Presidente:** — Sr.<sup>a</sup> Deputada, não pode fazer uma intervenção a contra-atacar tudo o que disseram senão resumidamente. Isto é, não pode transformar um protesto numa intervenção.

**A Oradora:** — Sr. Presidente, terminei já.

Apenas quero dizer que a luta dos trabalhadores dos TLP é uma luta contra o Governo que não lhe reconhece os seus direitos.

*Protestos do PSD e do CDS.*

**O Sr. Presidente:** — Isso não é um protesto. A Sr.<sup>a</sup> Deputada está a fazer uma intervenção. Peço-lhe, portanto; que lhe ponha ponto final.

**A Oradora:** — O Sr. Presidente autoriza que eu termine o meu protesto ou retira-me a palavra?

*Protestos do PSD e do CDS.*

**O Sr. Presidente:** — Sr.<sup>a</sup> Deputada, se fizer um protesto, dou-lhe licença, de outro modo não.

**A Oradora:** — Já protestei contra as intervenções dos Srs. Deputados Salgado Zenha e Magalhães Mota, mas também quero protestar contra a intervenção do Sr. Deputado do CDS.

*Protestos do PSD e do CDS.*

**O Sr. Presidente:** — Já terminou o seu protesto, Sr.<sup>a</sup> Deputada?

**A Oradora:** — Ainda não, Sr. Presidente. Quero protestar ainda contra a intervenção do Sr. Deputado do CDS.

**O Sr. Presidente:** — Sr.<sup>a</sup> Deputada, o seu tempo já está ultrapassadíssimo, pelo que não posso permitir que continue.

**A Oradora:** — Se o Sr. Presidente me retira a palavra, não posso continuar com o meu protesto.

**O Sr. Presidente:** — Tenho muita pena, Sr.<sup>a</sup> Deputada, mas tenho de lhe retirar a palavra.

**O Sr. Salgado Zenha (PS):** — Peço a palavra, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Para que efeito, Sr. Deputado?

**O Sr. Salgado Zenha (PS):** — Sr. Presidente, é apenas para dizer que o meu grupo parlamentar não recebeu o texto do voto de protesto em discussão e reclama-o para poder fundamentar o seu ponto de vista a respeito dele. Há pouco, por lapso, eu disse que o tinha recebido, mas ainda não chegou ao meu grupo parlamentar. De modo que, para poder fundamentar a nossa posição, tenho de o ter aqui.

Aliás, não o tendo recebido, tudo o que se passa aqui é irregular, porque é uma discussão que está a ser feita no ar.

**O Sr. Presidente:** — O Sr. Deputado tem toda a razão. O voto vai ser distribuído imediatamente.

**O Sr. Acácio Barreiros (UDP):** — Sr. Presidente, peço a palavra para interpellar a Mesa.

**O Sr. Presidente:** — Faça favor.

**O Sr. Acácio Barreiros (UDP):** — Sr. Presidente, em primeiro lugar, gostava de ser bem esclarecido sobre o que se está a discutir, porque foram levantadas aqui duas questões diferentes: uma é a questão do conteúdo do voto de protesto e a outra é a de saber se é ou não regimental apresentar este tipo de votos de protesto. Ainda não percebi estas questões e penso que seria bom dar ordem a esta discussão. Mas posso desde já manifestar a opinião de que, se o PS quisesse contestar a entrada do voto

na Mesa, devia tê-lo feito antes de se ter iniciado a discussão. Portanto a atitude do PS ao contestar este voto de protesto é que não é regimental.

Em segundo lugar, gostava que a Mesa me dissesse em que parte do Regimento é que consta haver limite de tempo para protestos, argumento que o Sr. Presidente utilizou para retirar a palavra à Sr.<sup>a</sup> Deputada Carmelinda Pereira.

Em terceiro lugar, também gostava de saber ao abrigo de que norma regimental é que foi retirada a palavra à Sr.<sup>a</sup> Deputada Carmelinda Pereira. Espero que não tenha sido por causa das manifestações de desagrado de certas bancadas desta Assembleia que gostam muito de dar aulas de educação sobre a forma de falar nesta Câmara. Seria talvez uma norma elementar os presidentes desses grupos parlamentares terem pedido a palavra e invocando normas regimentais, que tanto gostam de invocar de vez em quando, para dizer ao abrigo de que preceito regimental se pode retirar a palavra a um Deputado que está a defender a sua honra e a sua dignidade, usando do direito regimental de protesto. É bom que isto se esclareça, porque não é com manifestações veementes, destinadas a impressionar o Sr. Presidente, que se retira a palavra a um Deputado. Isto é um mau princípio, que porventura estará na cabeça de alguns tornar extensivo a outros casos.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado, está a sair daquilo que se propõe.

**O Orador:** — Não, Sr. Presidente. Estou a fazer uma interpelação à Mesa, para a qual não tenho limite de tempo. Para justificar as minhas perguntas, estou a pôr agora pontos de interrogação bem claros.

**O Sr. Cunha Simões (CDS):** — O povo português é que paga isto!

**O Orador:** — Primeira pergunta: não é anti-regimental o pedido do PS para se impedir a votação deste voto de protesto?

Segunda pergunta: ao abrigo de que disposição regimental foi retirada a palavra à Sr.<sup>a</sup> Deputada Carmelinda Pereira?

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Salgado Zenha.

**O Sr. Salgado Zenha (PS):** — Sr. Presidente, só neste momento é que chegou à minha bancada o voto de protesto apresentado pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Carmelinda Pereira.

Para além do preâmbulo, que neste momento não terá interesse considerar, o voto de protesto tem a seguinte redacção:

A Assembleia da República protesta contra o ataque feito pelo Governo de Eanes-Mota Pinto aos trabalhadores dos TLP e a uma liberdade democrática ordenando a requisição civil destes trabalhadores.

Em primeiro lugar, este voto não é de protesto, usando-se nele, aliás, uma linguagem referida ao Sr. Presidente da República que entendo ser desrespeitosa.

Em segundo lugar, trata-se de uma crítica ao Governo.

Em terceiro lugar, tratando-se de uma crítica ao Governo, este não está aqui presente para se poder defender.

Assim sendo, entendo que não se trata de um voto de protesto, mas de uma maneira sofismada de fazer uma intervenção política de fundo. Portanto, requeiro que este voto de protesto não seja admitido à votação por ser anti-regimental.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Veiga de Oliveira.

**O Sr. Veiga de Oliveira (PCP):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Eu já me tinha inscrito há bastante tempo para usar da palavra, mas este fogo cruzado de protestos e de observações impediu-me de intervir talvez com mais oportunidade.

Para nós, subsistem três questões que queremos ver completamente destrinçadas.

Em primeiro lugar, trata-se do fundo da questão. Devo dizer que o fundo da questão não tem que ver com o voto — e já lá irei. Em segundo lugar, trata-se do tipo de voto e do voto em si. Em terceiro lugar, trata-se da questão de saber da oportunidade da apresentação do voto.

Quanto a nós, devo desde já anunciar que temos uma intervenção sobre este assunto preparada para ser produzida no período de antes da ordem do dia da sessão de hoje.

Do nosso ponto de vista, o fundo da questão não pode ser visto como foi na intervenção do Sr. Deputado Magalhães Mota. Rejeitamos claramente que, de uma forma que posso classificar de abusada, se invoquem situações graves que nos preocupam a todos, como a situação que se vive nos campos do Ribatejo e do Mondego e também noutras regiões do País, para atacar uma reivindicação dos trabalhadores dos TLP que têm insistente declarado — e, que nós sabemos, ainda não foram desmentidos — que a sua greve não prejudica as actuações de salvamento, de apoio e de solidariedade para com as populações afectadas pelas inundações. Pensamos que usar argumentos destes não é correcto, não conduz senão à confusão e pode permitir que, sob esta capa, se tomem medidas injustificadas e antidemocráticas. Isto no que toca à intervenção sobre esta questão feita aqui pelo Sr. Deputado Magalhães Mota.

No que toca ao voto de protesto, devemos dizer — após lê-lo agora, já escrito — que concluímos que ele nada tem a ver com a greve dos trabalhadores dos TLP nem com os seus problemas. O que diz este voto a propósito dos trabalhadores dos TLP? Faz uma série de considerações políticas, com as quais não concordamos, por exemplo a respeito das forças armadas e do Orçamento. Faz uma série de observações a respeito da caracterização do Governo, ao qual chama Governo de Eanes-Mota Pinto e outras coisas com que não concordamos. Mas nada disto tem algo a ver com as reivindicações, que consideramos justas, dos trabalhadores dos TLP, os quais pagam tudo, até a manobra política da Sr.<sup>a</sup> Deputada.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Não podemos, pois, aceitar que sejam usados os direitos dos trabalhadores e as suas justas reivindicações como pretexto para vir aqui fazer exposições políticas de posições que serão muito defensáveis, mas com as quais nem sequer concordamos.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Posto isto, há a questão final. De facto o voto, olhado assim, não sei que cabimento possa ter. A questão já foi posta à Assembleia e ela decidirá. No que diz respeito ao PCP, não podemos votar o voto como ele se encontra, porquanto não confundimos interesses dos trabalhadores com manobras políticas.

Poderia ter sido apresentado um voto sobre a greve dos trabalhadores dos TLP. Nós não o proporemos, mas faremos uma intervenção que mostra claramente a nossa posição sobre o assunto. É uma intervenção, e não um voto, em que se diz o porquê de apoiarmos ou não apoiarmos isto ou aquilo, de atacarmos ou não atacarmos isto ou aquilo. Um voto nestas condições teria certamente cabimento. Agora, tal como se apresenta, não podemos votar semelhante voto de protesto.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Estão inscritos, para se pronunciarem sobre este assunto, os Srs. Deputados Vasco da Gama Fernandes, Acácio Barreiros, Carmelinda Pereira, Magalhães Mota e Salgado Zenha. Todavia, há um requerimento apresentado pelo Sr. Deputado Salgado Zenha relativo à admissibilidade do voto apresentado. Gostava que a Câmara se pronunciasse sobre o que devemos fazer: votamos já o requerimento do Sr. Deputado Salgado Zenha ou continuamos com esta discussão que nada conduz e que está fora, por culpa minha e dos Srs. Deputados, do artigo 86.<sup>º</sup> do Regimento?

**O Sr. Salgado Zenha (PS):** — Peço a palavra, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Tenha a bondade.

**O Sr. Salgado Zenha (PS):** — Sr. Presidente, não quero tirar a palavra a ninguém. Acho que todos os Deputados desta Assembleia podem usar da palavra sobre o que entenderem, mas, uma vez que se encontra na Mesa um requerimento, creio que é regimental que se vote. No entanto, deixo ao seu superior critério o decidir pela forma que entender conveniente e não me oponho a que outros Deputados falem. De qualquer maneira, o n.<sup>º</sup> 2 do artigo 95.<sup>º</sup> do Regimento diz que os requerimentos são imediatamente votados sem discussão, o que, aliás, é uma praxe usual em todos os parlamentos. Em todo o caso ponho a questão à consideração não da Assembleia, mas do Sr. Presidente e da própria Mesa.

**O Sr. Acácio Barreiros (UDP):** — Dá-me licença, Sr. Presidente? Desejo interpelar a Mesa.

**O Sr. Presidente:** — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Acácio Barreiros (UDP): — Queria perguntar à Mesa se um requerimento sobre a admissibilidade de um voto pode, ao abrigo do Regimento, entrar depois de a Mesa ter aceite o voto e estar já aberta a discussão.

Penso que as normas regimentais são claras a este respeito. Um requerimento para pôr em causa a admissibilidade de um voto tem de entrar antes de estar aberta a discussão e de se terem produzido intervenções sobre o assunto — o que não foi o caso, pois já se verificaram intervenções por parte do PS, do PSD, do CDS e do PCP.

O Sr. Salgado Zenha (PS): — Dá-me licença, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Salgado Zenha (PS): — Eu quero esclarecer a Mesa de um facto que é do conhecimento geral. O texto do voto de protesto só nos foi entregue depois de termos falado. Ora o Regimento é perfeitamente claro no sentido de que as moções de protesto têm de ser apresentadas por escrito à Mesa e o seu texto distribuído aos Deputados. Só depois disso é que estes poderão pronunciar-se acerca da sua regimentalidade ou não regimentalidade.

Ademais, desafio qualquer Deputado a dizer se percebeu a intervenção da Sr.<sup>a</sup> Deputada Carmelinda Pereira. Eu não a percebi e, conforme muito bem disse o Sr. Deputado Veiga de Oliveira, não há nenhuma relação lógica entre a intervenção da Sr.<sup>a</sup> Deputada e o voto de protesto. Portanto, desde que o voto de protesto só foi distribuído depois de a discussão se ter iniciado, só a partir do momento da sua entrega aos Deputados é que se começou a contar o prazo da dedução da sua inadmissibilidade. Isso é evidente, mesmo para o Deputado Sr. Acácio Barreiros, que é muito versado em direito constitucional, mas talvez pouco nas praxes jurídicas.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, de transigência em transigência criam-se destas situações.

Vou, pois, pôr à votação a admissibilidade do voto apresentado, segundo requerimento do Sr. Deputado Salgado Zenha.

*Consultada a Assembleia, foi recusada a admissibilidade, pronunciando-se pela admissibilidade a UDP, a Deputada independente Carmelinda Pereira e o Deputado do PS Vasco da Gama Fernandes, pela inadmissibilidade os restantes Deputados do PS, o PSD e os Deputados do CDS Basílio Horta, Cunha Simões e Alexandre Reigoto e abstendo-se os restantes Deputados do CDS, o PCP e o Deputado independente Galvão de Melo.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, para uma declaração de voto, o Sr. Deputado Rui Pena.

O Sr. Rui Pena (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Abstivemo-nos relativamente à questãoposta pela única razão de não nos apercebermos efectivamente se se tratava ou não de um voto apresentado pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Carmelinda Pereira. De facto só por essa razão nos abstivemos, porquanto entendemos que, nos termos do Regimento actual,

não pode de forma nenhuma ser coarctada pela Assembleia a faculdade de qualquer Deputado apresentar os votos de protesto ou de congratulação que entenda dever apresentar em defesa dos interesses que lhe estão confiados pelo povo português.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Brito, também para uma declaração de voto.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Grupo Parlamentar do PCP absteve-se por três razões: entendemos que o conteúdo do voto não é, em si mesmo, inadmissível, que o voto não preencheu os termos regimentais para a sua apresentação, mas em qualquer circunstância votaríamos contra o voto de protesto apresentado pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Carmelinda Pereira.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr. Deputado Salgado Zenha, ainda para uma declaração de voto.

O Sr. Salgado Zenha (PS): — Votámos contra a admissibilidade porque segundo o Regimento — isto é uma questão formal — os votos de protesto têm de ser apresentados por escrito à Mesa e distribuídos aos Deputados antes de iniciada a discussão. Ora, não só se não seguiu essa praxe, como se verificou também que houve uma discussão não sobre o voto de protesto escrito e apresentado pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Carmelinda Pereira, mas sobre uma intervenção política feita pela mesma Deputada, o que é anti-regimental. O prazo para a dedução da inadmissibilidade do voto só se podia contar a partir do momento em que o texto escrito foi distribuído à Assembleia.

Há, porém, uma questão de fundo que eu considero mais importante: o artigo 86.<sup>º</sup> do Regimento refere-se a votos de congratulação, protesto, saudação ou pesar, regulando-se outros artigos do Regimento o modo de se fazerem críticas ao Governo — o que pode ser feito, por exemplo, através de perguntas, interpelações e requerimentos. Ora, eu considero que os votos de pesar, de saudação ou de protesto se referem apenas a factos que não são susceptíveis de uma controvérsia política em que o Governo esteja implicado. Desde o momento em que há um debate político, em que há uma moção de censura concreta — digamos que geral ou parcial — sobre um acto do Governo, este deve estar presente. Esta interpretação é corrente em todos os parlamentos do mundo e portanto não posso conceber que no início de uma sessão, com o Governo ausente, se apresentem moções de protesto sobre acontecimentos políticos de que nós temos conhecimento pelos noticiários da manhã do próprio dia. Eu hoje, por exemplo, não li os jornais — nem sou obrigado a fazê-lo todos os dias.

Eu até admito que a Sr.<sup>a</sup> Deputada Carmelinda Pereira possa ter alguma razão, mas para que o debate seja feito dentro das regras democráticas é ne-

cessário que o Governo esteja presente e que a questão seja amadurecida pelos Deputados. Não pode, pois, de maneira nenhuma fazer-se um atropelo desta natureza. É certo que a Sr.<sup>a</sup> Deputada Carmelinda Pereira tem razão quando diz que já houve usos inadequados desta disposição regimental no passado desta Assembleia. Mas o que é democrático é corrigir os erros e não perseverar neles.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Portanto, penso que a Assembleia terá de tomar posições concretas e positivas não para limitar os direitos de nenhum Deputado — que não é esse o caso —, mas no sentido de se democratizar, como assembleia democrática que é, em que o debate contraditório é essência da própria democracia.

Não pode haver democracia se o debate é feito no princípio da unicidade — neste caso se a Assembleia critica o Governo estando este ausente e portanto não podendo responder. Isto não é democracia, pelo que protesto contra o modo como muitos votos têm sido apresentados e votados nesta Assembleia, contrariando as regras da democracia e fazendo apenas demagogia.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Acácio Barreiros, também para uma declaração de voto.

**O Sr. Acácio Barreiros (UDP):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A UDP votou contra o requerimento apresentado pelo Sr. Deputado Salgado Zenha por achar serem muito graves as infracções ao Regimento acabadas de cometer por esta Assembleia.

Na verdade nem é preciso termos grande memória para recordarmos os numerosos votos de protesto — quase diria centenas — que já houve nesta Assembleia, por exemplo contra actuações do Ministério da Agricultura e Pescas no Alentejo e várias outras actuações concretas do Governo. Todos esses votos foram admitidos e votados — rejeitados ou não — e nunca se levantou o problema agora levantado. Se o PS está em grande dificuldade para dizer qual a sua real posição em relação à greve dos TLP, é outra coisa, mas não venha agora tentar pôr isso numa base jurídica. Não sou eu, com certeza, que vou discutir isso nessa base, mas peço ao Sr. Deputado Salgado Zenha que não ponha no Regimento aquilo que lá não está. O Regimento não diz ser necessário distribuir previamente os votos a todos os grupos parlamentares. O que é preciso, isso sim, é apresentá-los à Mesa. O voto apresentado foi-o nos termos regimentais, o PS não contestou nos termos regimentais e quando o fez já foi extemporaneamente.

A UDP quer também dizer à Mesa que, tendo-lhe feito três perguntas, gostaria de saber se o facto de ainda lhe não ter sido dada resposta a nenhuma delas significa que a Mesa ainda está a estudar as respostas ou se quer pura e simplesmente dizer que as pretende ignorar.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado Acácio Barreiros, uma vez que se pôs o problema da votação do requerimento apresentado pelo Sr. Deputado Salgado Zenha, pareceu-me que todas as outras questões estavam prejudicadas.

Tem a palavra, também para declaração de voto, o Sr. Deputado Magalhães Mota.

**O Sr. Magalhães Mota (PSD):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Partido Social-Democrata votou contra a admissibilidade deste voto de protesto, e fê-lo por razões óbvias.

Parece-nos que o Regimento da Assembleia da República é suficientemente claro, ao menos no seu espírito, em relação aos votos de protesto. Os votos de protesto não podem ser uma forma enviesada de ultrapassar o próprio Regimento, no sentido de se substituírem a intervenções no período de antes da ordem do dia ou a perguntas ao Governo, feitas de acordo com o que dispõe o Regimento. Se efectivamente os votos de protesto são utilizados, como forma de ultrapassar a inscrição dos oradores, nos termos do Regimento, para intervenções antes da ordem do dia, se os votos de protesto são utilizados para evitar o uso de perguntas ao Governo, estamos perante o que nos parece uma clara violação regimental. Por isso não podíamos aceitar a admissibilidade deste voto de protesto que vinha, de um modo extremamente claro, tornar evidente uma prática que vem sendo seguida por alguns Deputados, no sentido de ultrapassarem a ordem normal das inscrições no período de antes da ordem do dia, para fazerem declarações ou intervenções políticas que não lhes cabia fazer nos termos da inscrição regimental a que outros Deputados estão sujeitos.

Assim sendo, teríamos portanto de rejeitar a admissibilidade deste voto de protesto. Por outro lado, parece-nos muito claro que este voto de protesto pouco tem a ver com a intervenção inicial que a propósito dele foi feita. Efectivamente a intervenção de apresentação do voto é uma coisa — é uma declaração política em determinado sentido — e o voto em si é outra, revelando claramente o desfasamento notório entre ambas as coisas que o que esteve realmente em causa foi uma violação do Regimento no sentido de, por intermédio de um voto de protesto, se conseguir fazer uma declaração política.

Por estas razões, nós teríamos de votar contra a admissibilidade do voto de protesto. Mas, ao fazê-lo, deixámos bem clara — e isso queria sublinhar — a nossa posição quanto ao fundo da questão. Se o voto de protesto fosse admitido, nós votaríamos contra ele. Tornámos claro que a posição dos trabalhadores dos TLP não nos parece ser neste momento a mais justa. Quer dizer que nós distinguimos com muita nitidez a posição reivindicativa dos trabalhadores dos TLP, a sua posição de greve — sobre a qual não nos pronunciamos —, da sua posição neste momento concreto, em que perante uma calamidade pública os trabalhadores dos TLP têm contribuído pela sua acção e pelas suas omissões para que essa calamidade seja agravada. Assim, citámos muito claramente factos que não foram desmentidos, por exemplo a impossibilidade de comunicação da central telefónica do Batalhão de Sapadores Bombeiros. São factos de extrema relevância de

que qualquer pessoa se apercebe e que redundam nitidamente na impossibilidade de ajuda eficaz às populações sinistradas, às pessoas e aos bens em perigo. Tais factos levar-nos-iam muito claramente a votar contra o voto de protesto caso ele tivesse sido admitido.

Nestes termos, penso ficar clara a posição que a bancada social-democrata tomou em relação a esta matéria.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**A Sr.<sup>a</sup> Carmelinda Pereira:** — Dá-me licença, Sr. Presidente?

**O Sr. Presidente:** — Para que efeito, Sr.<sup>a</sup> Deputada?

**A Sr.<sup>a</sup> Carmelinda Pereira (Indep.):** — Sr. Presidente, eu já pedi a palavra há imenso tempo. Considero que tenho o direito de defesa face às declarações feitas pelo Sr. Deputado Veiga de Oliveira e foi imediatamente a seguir à sua intervenção que pedi a palavra. Não tenho culpa que a Mesa não tivesse reparado. É em função do ataque de que penso ter sido alvo por parte do Sr. Deputado Veiga de Oliveira que peço a palavra, invocando o direito de defesa.

**O Sr. Presidente:** — Sr.<sup>a</sup> Deputada, estando nós em período de declarações de voto sobre determinado assunto, não podemos estar a misturar um problema com outro. De modo que, como Deputada independente que é, não tem direito a fazer declaração de voto, pois o Regimento não lho consente.

**A Sr.<sup>a</sup> Carmelinda Pereira (Indep.):** — Sr. Presidente, eu não pretendo fazer qualquer declaração de voto. O que pretendo é defender-me face à intervenção do Sr. Deputado Veiga de Oliveira, ocorrida antes da votação da questão da admissibilidade do meu voto de protesto.

**O Sr. Presidente:** — Sr.<sup>a</sup> Deputada, a sua dignidade e a sua honra não foram ofendidas. Não vejo assim razão para lhe dar a palavra.

**Vozes do PS e do PSD:** — Muito bem!

**A Sr.<sup>a</sup> Carmelinda Pereira (Indep.):** — Sr. Presidente, interponho recurso da decisão da Mesa.

**O Sr. Presidente:** — Está interposto o recurso, vamos votá-lo.

*Submetida a questão à votação, foi considerado improcedente o recurso, pronunciando-se pela procedência a Deputada Carmelinda Pereira e o Deputado da UDP e pela improcedência o PS, o PSD, o CDS, o PCP e o Deputado independente Galvão de Melo.*

**O Sr. Presidente:** — Em face da decisão da Câmara, não lhe posso conceder a palavra.

Tem a palavra, para declaração de voto, o Sr. Deputado Acácio Barreiros.

**O Sr. Acácio Barreiros (UDP):** — Quero apresentar o meu protesto quanto à forma como foi feita esta votação. Eu não sei — nem estou aqui para julgar isso — se o Sr. Deputado Veiga de Oliveira ofendeu ou não a honra da Sr.<sup>a</sup> Deputada Carmelinda Pereira. O que se passa é isto: entendo que não tem sido este o critério que a Mesa tem usado e dai que, talvez devido ao ambiente que aqui se tem criado, a Mesa esteja em dificuldades, o que comprehendo perfeitamente. Em todo o caso, acho que não compete à Mesa, ao abrigo do Regimento, decidir se determinada intervenção ofendeu ou não a honra de qualquer Deputado e, portanto, se há ou não lugar à apresentação de protesto. Só perante a concreta formulação do protesto é que a Mesa, ajuizando dos seus fundamentos, poderá ou não cortar a palavra ao Deputado. Entendo, pois, ser errado o método que a Mesa acabou de usar, que talvez se deva à grande confusão que aqui se estabeleceu, mas contra o qual eu não podia deixar de protestar.

O meu voto foi claramente no sentido de que deve dar-se sempre a palavra a um Deputado. A Mesa pode perguntar-lhe quais os fundamentos do seu protesto, mas não pode decidir pura e simplesmente se ele tem ou não direito a protestar.

**O Sr. Presidente:** — O Sr. Deputado formulou o seu juízo sobre o que se está aqui a passar. É um direito que lhe assiste.

Tem a palavra, para declaração de voto, o Sr. Deputado Salgado Zenha.

**O Sr. Salgado Zenha (PS):** — Nós votámos no sentido de confirmar a decisão da Mesa, porque é evidente que a atitude da Sr.<sup>a</sup> Deputada Carmelinda Pereira é de puro obstrucionismo. Basta dizer que estamos aqui há cerca de uma hora a discutir o voto de protesto, que nem sequer era admissível. A Sr.<sup>a</sup> Deputada, secundada pelo Sr. Deputado Acácio Barreiros, e usando de expedientes regimentais, consegue ocupar esta Assembleia com um assunto julgado inadmissível. Isto é de facto puro obstrucionismo.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Sr. Acácio Barreiros (UDP):** — Dá-me licença, Sr. Presidente?

**O Sr. Presidente:** — Faça favor, Sr. Deputado.

**O Sr. Acácio Barreiros (UDP):** — Eu não estou aqui a obstruir nada. O Sr. Deputado Salgado Zenha é que começou a invocar o Regimento, a meu ver mal, e a Mesa errou várias vezes, quanto a mim influenciada pela posição de alguns Deputados. Tenho pois todo o direito de protestar e não é o Sr. Deputado Salgado Zenha que está aqui para decidir quem é que pode ou não invocar o Regimento. Quando são os outros a invocar o Regimento é obstrução, quando é ele a fazê-lo já não é. Penso que a Mesa deve tomar posição em relação a isto, porque inclusivamente a posição do Sr. Deputado Salgado Zenha é de despréstígio em relação à própria Mesa, que, não obstante as dificuldades que tem sentido e os erros cometidos, mesmo assim se

tem esforçado para que os trabalhos decorram no respeito pelo Regimento.

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, chamo a atenção para o que estabelecem os artigos 26.<sup>º</sup> e 27.<sup>º</sup> do Regimento, à sombra dos quais conduzi todo este debate.

**O Sr. Salgado Zenha (PS):** — Sr. Presidente, peço a palavra para formular um contraprotesto.

**O Sr. Presidente:** — Faça favor, Sr. Deputado.

**O Sr. Salgado Zenha (PS):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Queria dizer ao Sr. Deputado Acácio Barreiros que o Sr. Deputado Acácio Barreiros de facto obstrui.

*Risos.*

E até obstrui bem, porque é uma pessoa simpática, inteligente e tem encanto. De maneira que até consegue fazer obstrução com uma certa eficácia. Daí que, contra a minha vontade, eu seja obrigado a contra-obstruir para que a Assembleia regresse à normalidade. Era este o meu contraprotesto.

*Risos.*

**O Sr. Acácio Barreiros (UDP):** — Obstruímos os dois!

**O Sr. Presidente:** — Igualmente para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Brito.

**O Sr. Carlos Brito (PCP):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Votámos no sentido de apoiar a decisão da Mesa, não porque queiramos, de alguma maneira, prejudicar o direito que tem a Sr.<sup>a</sup> Deputada Carmelinda Pereira de fazer protestos quando a sua honra e dignidade sejam atingidas, mas porque não era esse o caso, como a Assembleia, quase por unanimidade, concluiu.

Além disso, importa salientar que o debate acerca dos votos apresentados tem um regime especialíssimo: uma só intervenção por partido e só os partidos que não fazem intervenção é que podem produzir declarações de voto. Creio que a Sr.<sup>a</sup> Deputada não foi nada prejudicada em matéria de poder fazer as mais largas e amplas alegações políticas.

**O Sr. Veiga de Oliveira (PCP):** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Chamo a atenção de todos os Srs. Deputados para um ofício que chegou agora à Mesa vindo da Presidência da República e que é do seguinte teor:

Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia da República:

Tencionando deslocar-me, entre 20 a 25 do corrente mês, à República da Guiné-Bissau, em viagem de carácter oficial, venho solicitar, nos termos do artigo 132.<sup>º</sup> da Constituição, o necessário assentimento dessa Assembleia.

Apresento a V. Ex.<sup>a</sup> os meus melhores cumprimentos.

Belém, 12 de Fevereiro de 1979. — O Presidente da República, *António Ramalho Eanes*.

**O Sr. Presidente:** — Este ofício vai baixar à Comissão de Negócios Estrangeiros e Emigração para emissão de parecer.

Vai agora dar-se conta dos requerimentos apresentados na última sessão.

**O Sr. Secretário (Gonçalves Sapinho):** — São os seguintes os requerimentos apresentados: ao Governo, formulado pelo Sr. Deputado Carlos Laje; aos Ministérios das Finanças e do Plano e da Indústria e Tecnologia, formulado pelos Srs. Deputados Magalhães Mota, Coelho de Sousa, Vilhena de Carvalho, Cunha Rodrigues e Fernando Pinto; ao Ministério da Habitação e Obras Públicas, formulado pelo Sr. Deputado António Rebelo de Sousa; aos Ministérios da Comunicação Social e da Administração Interna, formulado pelo Sr. Deputado José Vitorino; aos Ministérios das Finanças e do Plano e dos Negócios Estrangeiros, formulado pelo Sr. Deputado Nandim de Carvalho; à Secretaria de Estado da Saúde, formulado pelos Srs. Deputados Pires Fontoura, Fernando Pinto e António Veríssimo; à Secretaria de Estado da Estruturação Agrária, formulado pelo Sr. Deputado Vitor Louro; ao Ministério da Agricultura e Pescas, formulado pelos Srs. Deputados Vitor Louro e Custódio Gingão; ao Governo e ao Ministério da Educação e Investigação Científica, formulados pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Ercília Talhadas; aos Ministérios da Educação e Investigação Científica e da Habitação e Obras Públicas, formulados pelos Srs. Deputados Matos Gago e António Garcia; ao Governo, formulado pelo Sr. Deputado Acácio Barreiros.

Foram recebidas na Mesa as seguintes respostas a requerimentos: do Ministério da Administração Interna aos requerimentos apresentados pelos Srs. Deputados Acácio Barreiros e Magalhães Mota nas sessões de 21 de Novembro de 1978 e 9 de Janeiro passado; do Ministério dos Negócios Estrangeiros aos requerimentos apresentados pelos Srs. Deputados Magalhães Mota, Rodolfo Crespo, João Lima e Sousa Franco nas sessões de 21 de Dezembro de 1978 e 9 e 16 de Janeiro último; dos Ministérios dos Transportes e Comunicações, da Habitação e Obras Públicas e dos Assuntos Sociais aos requerimentos apresentados pelo Sr. Deputado Magalhães Mota nas sessões de 24 de Outubro de 1978 e 9 de Janeiro último; da Secretaria de Estado da População e Emprego ao requerimento apresentado pelo Sr. Deputado Sérvulo Correia na sessão de 9 de Janeiro último; da Secretaria de Estado da Cultura ao requerimento apresentado pelos Srs. Deputados António Pedrosa e Sá Matos na sessão de 16 de Novembro de 1978; da Secretaria de Estado da Segurança Social ao requerimento apresentado pelo Sr. Deputado Pinto da Silva na sessão de 6 de Dezembro do ano passado; da Direcção-Geral de Saúde ao requerimento apresentado pelo Sr. Deputado Magalhães Mota na sessão de 2 de Outubro de 1978.

Foi ainda admitida a petição n.<sup>º</sup> 184/I, apresentada por Joaquim Saraiva e outros trabalhadores dos CTT de Tomar, que inicialmente havia sido rejeitada e que baixou à 3.<sup>a</sup> Comissão.

**O Sr. Presidente:** — Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Acácio Barreiros.

**O Sr. Acácio Barreiros (UDP):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Na sequência do que já havíamos feito na semana passada e dado o agravar da situação, a UDP volta a pronunciar-se acerca da greve dos TLP e das recentes medidas tomadas pelo Governo sobre ela.

Em primeiro lugar, a UDP protesta veementemente e repudia a manobra provocatória do Governo do Sr. General Eanes e do Primeiro-Ministro Mota Pinto, que foi a de terem decretado a requisição civil dos trabalhadores dos TLP.

A esta medida, que na prática pretendia acabar com o direito constitucional de os trabalhadores fazerem greve, os assalariados dos TLP responderam com firmeza, reforçaram a sua unidade e disseram: «Não à requisição civil! A luta continua!»

É assim que se defende a Constituição, lutando para que os direitos nela consignados sejam cumpridos. É este o exemplo que os trabalhadores dos TLP estão dando.

É preciso dizer a esta Assembleia que os trabalhadores têm assegurado os serviços de urgência indispensáveis. Isso pode ser comprovado pelos milhares de registos dessas chamadas que os trabalhadores têm nas centrais. A UDP denuncia aqui os actos de vandalismo que têm sido praticados na destruição das cabinas públicas. Logo após ter sido informado que as cabinas tinham o seu funcionamento assegurado, elas começaram a ser destruídas, como pode ser comprovado pelo imenso material nessas condições na posse dos piquetes de greve que asseguram as urgências. Não é o povo e os trabalhadores que andam a destruir as cabinas, isto é uma provocação da direita, relacionada, aliás, com a provocação que alguns filhos-família fizeram ontem aos piquetes de greve na Rua de Andrade Corvo, junto à central do Norte.

A direita e a sua imprensa fingem andar agora muito preocupadas com a saúde e com os cuidados médicos das populações e dizem que isso é prejudicado pela greve. Denunciamos esta hipocrisia. Senão vejamos: por que se opõem enraivecidamente a um Serviço Nacional de Saúde geral e gratuito para toda a população?

O Governo e aqueles que o apoiam dizem estar muito preocupados por os bombeiros não poderem dar o apoio necessário às populações por causa da greve. É hipocrisia. Que apoio têm dado os governantes às corporações dos bombeiros que se debatem com falta de meios técnicos para desenvolverem a sua acção? Ainda no sábado era dito na rádio que os bombeiros tinham recebido quinhentos pedidos de intervenção e que não satisfizeram todos por falta de meios. Afinal a culpa não é da greve, Srs. Deputados!

O Governo tenta também justificar a requisição civil com os temporais que infelizmente assolaram o País. Para além de as zonas mais afectadas estarem dentro do âmbito dos CTT e de nas zonas que os TLP abrangem os trabalhadores desta empresa tem piquetes de urgência a funcionar, penso que é legítimo destacar a consciência cívica dos trabalhadores dos TLP que dia e noite, através dos seus piquetes de urgência, têm procurado garantir as condições de funcionamento de todos os serviços urgentes. Aliás, quando se decretou a requisição civil da

marinha mercante não havia temporal nenhum, facto que só mostra que a tentativa de utilizar a requisição civil é feita no sentido de negar o direito dos trabalhadores à greve.

A verdadeira razão é que o Governo não quer satisfazer as justas reivindicações dos trabalhadores dos TLP, quer é servir toda a direita, obedecer ao imperialismo e às medidas do FMI, subir descontroladamente os preços dos bens essenciais e não satisfazer as exigências mínimas dos trabalhadores. O que o Governo quer é que sejam os trabalhadores a pagar a crise, mas eles pela sua luta mostram que não estão dispostos a isso.

Este Governo não é um governo a favor dos trabalhadores e do povo. Este Governo não é um governo do tipo que os trabalhadores exigiam quando no 25 de Abril saíram em massa para a rua. Este Governo não é o governo que pela sua luta firme e decidida os trabalhadores um dia conquistarão. Em vez de aproveitar o temporal para, com calúnias e mentiras, tentar denegrir perante a opinião pública os trabalhadores dos TLP, como faz o Governo do Sr. General Eanes e do Primeiro-Ministro Mota Pinto, um governo favorável aos trabalhadores aplicaria os milhões de contos destinados aos grandes capitalistas e latifundiários em indemnizações e apoio às populações afectadas pelo temporal que infelizmente assolou o nosso país.

Em resposta a um comunicado provocatório do PSD lido na rádio — isto enquanto são censuradas ou simplesmente silenciadas as posições dos trabalhadores —, que diz ter sido a greve iniciada pela UDP e apoiada pelo PCP, a UDP quer esclarecer que quem iniciou a greve foram os cerca de 8000 trabalhadores dos TLP de Lisboa e, que se saiba, por enquanto ainda lá não há 8000 UDPs. Mas quero afirmar que nos TLP, tal como em todas as empresas e fábricas do País, os membros da UDP estão sempre com os trabalhadores na defesa das suas conquistas e direitos.

Não pode deixar de despertar o riso aos trabalhadores dos TLP que o Sr. Deputado Magalhães Mota tenha vindo aqui dizer que se eles retirassem a greve apoiaria as suas reivindicações, quando se sabe que andaram três meses sem os apoiar, obrigando-os a recorrer à greve.

Tal como em 1975 os trabalhadores responderam com firmeza às tentativas de desmobilização da sua luta feitas pelo então Ministro Veiga de Oliveira, hoje Deputado do PCP; estou convencido de que os trabalhadores dos TLP continuarão a reforçar a sua unidade e a sua luta.

Finalmente, a UDP protesta contra todas as medidas arbitrárias e repressivas que o Governo está fazendo ou se prepara para fazer e exige o fim da suspensão do engenheiro Toscano, bem como de quaisquer outras suspensões que porventura se venham a verificar.

Termino confiante sabendo que, se os trabalhadores responderem firmemente a todas as provocações, acontecerá como na marinha mercante, em que os governantes foram obrigados a meter todos os processos disciplinares na gaveta.

Os trabalhadores dos TLP vencerão!

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra para uma declaração política o Sr. Deputado José Nisa.

O Sr. José Nisa (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A situação que se vive no País desde há alguns dias ultrapassa a mera vulgaridade das tragédias cíclicas ou regionais para se transformar, dramaticamente, numa verdadeira catástrofe nacional. Tão nacional que nem mesmo o arquipélago da Madeira escapou à dureza das intempéries.

E porque de uma verdadeira tragédia nacional se trata e porque — apesar de toda a informação dada sobre os temporais, aliás de forma incompleta, insuficiente e pouco actualizada, sobretudo pela RTP — não me parece que haja ainda uma verdadeira consciência nacional do drama, ou dos milhares de pequenos dramas que neste momento se vivem em Portugal, gostaria de vos deixar aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, uma pálida ideia do cataclismo e do meu modesto testemunho pessoal.

Em todo o território, sem excepção, existem estradas cortadas e destruídas, portos fechados, vias férreas interrompidas ou danificadas, casas inundadas ou ruiidas, sementeiras perdidas, gados afogados, madeiras levadas pela torrente. Pior do que isso, existem efectivamente milhares de desalojados — ao contrário do que a Anop informou, eles existem na zona de Santarém e Abrantes — que perderam as suas casas e os seus haveres, homens e mulheres do campo que de braços caídos olham as suas vidas e vêm a sua força de trabalho sem local para a exercer.

Há mortos a lamentar — sobretudo na Madeira — e há prejuízos a contabilizar, talvez do nível dos milhões de contos. Portugal está mais triste e está mais pobre. E muitos milhares de trabalhadores pobres estão ainda mais pobres.

Quando as águas baixarem — e felizmente isso está a acontecer — e por debaixo das crostas de lama e de «nateiro» se revelarem as trágicas consequências das cheias e das devastações, saberemos até que ponto ficámos mais pobres.

Quando sob as águas barrentas surgirem as roturas dos diques que protegiam, secularmente, a bacia hidrográfica do Tejo, quando se verificar que há milhares de quilómetros de estradas quase intransitáveis, quando se souber — e sentir — que milhares de cabeças de gado se perderam, quando surgirem as ruínas das casas, a ferrugem dos tractores, os sítios onde antes havia searas, quando tudo isto for conhecido e contabilizado, saberemos até que ponto estamos todos mais pobres. Impõe-se desde já conscientizar e informar o povo português das verdadeiras dimensões sociais e económicas desta tragédia nacional. Impõe-se, desde já, reconstruir e fazer justiça social. E não só com palavras — sobretudo, em actos.

Ontem à tarde, na Escola Prática de Santarém, durante uma breve troca de impressões, dizia-me o Sr. Ministro da Administração Interna que se tratava de uma verdadeira catástrofe nacional e que o Orçamento Geral do Estado teria de a considerar na sua verdadeira dimensão. O Partido Socialista e esta Assembleia seguramente que serão unâmines em reconhecer a justiça de tal proposta.

E até ao nível da solidariedade internacional pensamos que o problema deverá ser colocado. Recordo, por exemplo, o que há anos ocorreu nos

Países Baixos e o cordão de solidariedade internacional que por isso se constituiu.

Sem querer ser incômodo e muito menos desejando dramatizar, diria que os lisboetas, isto é, o Poder Central, têm na falta de pão, de água e de electricidade ou na dificuldade em telefonar uma pálida amostra das consequências da catástrofe. E infelizmente e paradoxalmente é quase bom que assim seja, para que dela se não distanciem, para que a não considerem um problema «dos outros», para que se identifiquem e sintam o drama e a amargura daqueles milhares de homens, mulheres e crianças a quem falta tudo. Entre os que se molestam por não ter água e os que vivem o drama de ter a água a mais há-de estabelecer-se a solidariedade necessária para compreender e solucionar os problemas, reconstruindo e fazendo justiça social.

Nas bacias do Douro, do Mondego e do Tejo há hoje milhares de pessoas que não têm casa, nem trabalho. Há pessoas que tudo terão de começar de novo. E, ao lado do prejuízo nacional da fábrica que perdeu dezenas de milhares de contos em madeiras ou cortiça, há o drama do trabalhador rural que viu morrer na cheia a sua única vaca ou mula que o ajudava a rasgar a terra. Ao lado da cidade sem água, há o drama da casa de «taipa» que ruiu, soterrando a mobília pobre, a riqueza de um pobre, tão português como cada um de nós. A tudo isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, teremos nós de responder, superando querelas de corredor e pensando sobretudo no seu presente e no seu futuro.

Provou-se, infelizmente, que a protecção do vale do Tejo, depois da construção das barragens que o sectorizam, obriga hoje a novas concepções técnicas, diversas das que presidiram séculos atrás à sua concepção. As técnicas dirão em que medida deverão, a partir desta evidência — a maior cheia de que há memória no vale do Tejo —, ser reformuladas as teses da regularização dos caudais e da protecção da bacia hidrográfica mais rica do País e uma das mais ricas do mundo.

A partir de Santarém, forças armadas, com helicópteros e barcos, Governo Civil, Câmara Municipal, Cruz Vermelha Portuguesa, bombeiros, Comissão da Feira Nacional de Agricultura e centenas de voluntários organizaram uma eficaz e vasta cadeia de solidariedade que, antecipando-se às hesitações e lentidão do Governo ou à tomada de consciência nacional em relação à gravidade da tragédia, resolveu, a tempo e sem perda de vidas, problemas dramáticos e evacuações *in extremis*.

Restará agora, tal como disse, reconstruir e fazer justiça social. O Orçamento Geral do Estado não poderá deixar de contemplar, com generosidade e rigor, as verbas necessárias para fazer face à tragédia que, desde a Região Autónoma da Madeira até ao Ribatejo, passando pelas regiões do Douro e do Mondego, está a assolar todo o território nacional. E será dever de todos nós, Sr. Presidente e Srs. Deputados, aprovar as propostas legítimas e os planos que correctamente nos forem apresentados, para além da própria iniciativa desta Assembleia.

*Aplausos do PS, do PSD e do CDS.*

O Sr. Magalhães Mota (PSD): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Magalhães Mota (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Pedi a palavra para dar um esclarecimento à Câmara, forma regimental que me parece a mais adequada para apoiar esta declaração política e acrescentar alguns pontos complementares, visto eu ter nascido em Santarém, mal me ficando se não o fizesse.

Creio que a situação no Ribatejo é extremamente séria. Cumpre-me salientar que essa situação levanta, como o Sr. Deputado José Nisa assinalou, a questão de se encarar de uma vez por todas o problema das cheias. Mal nos fica que as únicas obras válidas — e digo-o sem ser técnico, mas com algum conhecimento de causa — de defesa das populações e dos seus interesses sejam do tempo do rei D. Dinis e que essas obras ainda hoje demonstrem a sua eficácia e utilidade.

O problema do vale do Tejo carece de ser encarado com toda a urgência e profundidade, porque não é possível continuar ciclicamente a chorar sobre as águas que invadem as terras ribatejanas ou, com a cumplicidade do nosso silêncio, a aceitar que as cheias são um fenómeno irreversível. Temos de agir, e agir enquanto é tempo. Não podemos continuar a suportar prejuízos que são também derivados quer da nossa incúria, quer da dos sucessivos governos, que não têm encarado devidamente os problemas do vale do Tejo.

Creio que neste momento e neste lugar é altura de dizer que os problemas das cheias, da invasão dos nossos rios e das descargas das barragens não são só problemas ribatejanos, mas problemas de todo o continente português. Não podemos esquecer os sacrifícios e os prejuízos suportados pelas populações de muitas outras regiões, como, por exemplo, a zona invadida pelo Douro, a região da Régua, o litoral, onde alguns dos nossos pescadores morreram por causa dos temporais. Estamos confrontados com um problema nacional e é perante esse problema que a Assembleia da República terá de encontrar uma resposta.

Apoiando aquilo que foi dito pelo Sr. Deputado José Nisa, penso que teremos de ter uma posição mais larga e mais vasta, uma posição de toda a Assembleia da República, perante o problema da resposta política e humana a calamidades que, ainda que nos ultrapassem, são susceptíveis de resposta.

A propósito disso, lembalaria uma vez mais a necessidade urgente de a Assembleia da República dar cumprimento ao artigo 102.º da Constituição, que manda socializar os riscos sofridos pelos agricultores e resultantes de calamidades. Um projecto de lei apresentado pelo Partido Social-Democrata e que visava resolver o problema foi derrotado pela então maioria governamental existente na Assembleia da República. Penso que é altura de repensar a questão, visto não ser possível continuar a encarar calamidades desta natureza sem ser com medidas que vissem a protecção das colheitas. Isso só se pode fazer com a socialização dos riscos, como a Constituição garante e como os agricultores e o povo português muito justamente reivindicam.

*Aplausos do PSD e de alguns Deputados do PS e do CDS.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Vitor Louro.

O Sr. Vitor Louro (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Pretendia também prestar um esclarecimento a propósito da intervenção do Sr. Deputado José Nisa, de resto para a apoiar.

Desejava ainda juntar a minha voz preocupada à do Sr. Deputado, como à dos restantes Srs. Deputados que nesta Câmara já se manifestaram através do seu voto unânime, e chamar a atenção para as tremendas consequências que a calamidade que acaba de se abater sobre o nosso país acarreta para todos nós, em particular para a agricultura portuguesa.

Queria também salientar a inoperância deste Governo — e perdõe-me o Sr. Deputado Salgado Zenha por estar a fazer esta crítica na ausência do Governo —, que perante a calamidade, de que muitos de nós ainda mal se aperceberam, se limita a fazer referência à necessidade de alterar o Orçamento Geral do Estado. Isso é efectivamente necessário, mas é necessário muito mais do que isso, pois até hoje o Ministério da Agricultura e Pescas, que tão lesto se tem mostrado na destruição das UCPs e cooperativas da Reforma Agrária, não teve uma única palavra que pudesse servir de orientação para a diminuição dos efeitos destas tempestades sobre a agricultura portuguesa.

Vamos ver, Sr. Presidente e Srs. Deputados, até quando o Ministério da Agricultura e Pescas continuará nesta posição. Mas revelo aqui que o Sr. Ministro da Agricultura e Pescas, em recente entrevista com a Comissão de Agricultura e Pescas desta Assembleia, teve a ousadia de afirmar que «não se venha com essa coisa das calamidades e das tempestades, porque com isso só se pretende esconder a incapacidade de produzir dos agricultores portugueses». Pois bem, creio que está feita a prova, em menos tempo do que se esperaria de que a incapacidade pertence ao Ministério da Agricultura e Pescas, que até agora não foi capaz de dar uma simples palavra de orientação aos agricultores portugueses.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Luís Nunes.

O Sr. José Luís Nunes (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Pedi a palavra só para dar um esclarecimento à Câmara quanto às declarações que foram feitas pelo Sr. Deputado Vitor Louro.

Esse esclarecimento resume-se em duas palavras: o Sr. Deputado Vitor Louro não tem de pedir desculpa ao Sr. Deputado Salgado Zenha por fazer críticas ao Governo na ausência deste. Quanto muito, se assim o entender, pode o Sr. Deputado lamentar que o Governo não esteja presente para poder responder. O Sr. Deputado Salgado Zenha não faz parte do Governo, sendo portanto alheio ao problema que o Sr. Deputado Vitor Louro entendeu dever suscitar.

O Sr. Vitor Louro (PCP): — Muito obrigado.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Carvalho Cardoso.

**O Sr. Carvalho Cardoso (CDS):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Gostaríamos também de nos associar às palavras que o Sr. Deputado José Nisa aqui trouxe na sua declaração política sobre a catástrofe que desabou sobre muitas das nossas populações ribeirinhas, nomeadamente do vale do Tejo, do Mondego, do Douro e em vários outros sítios onde a tragédia assumiu também grandes proporções.

Também nos associamos às palavras que o Sr. Deputado Magalhães Mota proferiu sobre a defesa do vale do Tejo. É preciso de facto que se imponha em Portugal uma política de defesa das bacias hidrográficas, porque só encarando-as na sua totalidade nos podemos defender melhor destas calamidades. O problema não se resolve construindo apenas diques ou barragens. Trata-se, sim, de resolver todo o problema da defesa do solo e da regularização da água em toda a plenitude das bacias hidrográficas — e neste aspecto também a Espanha ter de ser envolvida —, de forma que estas catástrofes possam ser minimizadas, mesmo que aconteçam de cem em cem anos, como agora se diz.

Gostaria ainda de referir que, embora não dispondo neste momento de elementos técnicos, nos parece estranho que se não tenham construído estações elevatórias de captação de água à prova de inundações, de forma a evitar que Lisboa ficasse sem água durante dias, como está a acontecer. Parece-me que esta situação terá de ser revista, porquanto é risco demasiado sujeitar as estações elevatórias a contingências desta natureza.

Assim, Sr. Presidente, esperamos que de facto se imponha em Portugal uma política de bacias hidrográficas que permita colmatar definitivamente estas catástrofes.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, estão na Mesa requerimentos do PCP, do PSD e do PS pedindo o prolongamento do período de antes da ordem do dia. Vamos pois entrar nesse prolongamento.

Tem a palavra o Sr. Deputado Severiano Falcão.

**O Sr. Severiano Falcão (PCP):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Antes de entrar na minha intervenção propriamente dita, queria prestar um esclarecimento, na sequência das considerações feitas pelo Sr. Deputado Magalhães Mota, acerca daquilo que ele considera ser frieza e a indiferença dos trabalhadores dos TLP perante a catástrofe que assola o País.

Além de considerar esse juízo absolutamente injusto, porquanto procura definir a consciência de milhares de trabalhadores em relação àquilo que é trágico e que se passa na nossa pátria, quero dizer ao Sr. Deputado Magalhães Mota em especial e à Câmara em geral que, como ribatejano que sou e tendo vivido a tragédia nos seus períodos mais agudos, quer durante a noite quer durante o dia, me foi dado ver dezenas de trabalhadores dos TLP que, com outros elementos da população e com os bombeiros voluntários e outras entidades, acorreram a tentar minimizar os efeitos da tragédia.

Também estou em condições de lhe dizer que isso não se verificou apenas nas terras do Ribatejo, onde, como já disse, estiveram trabalhadores dos TLP, revelando assim a sua consciência perante o drama que o País está a atravessar.

Este esclarecimento era necessário para que, na verdade, não ficasse no ar a ideia, que se poderia extraír das palavras do Sr. Deputado Magalhães Mota, de que os trabalhadores dos TLP, só porque a sua luta assumiu as formas que assumiu, tinham perdido perante a Nação a consciência cívica.

**Sr. Presidente, Srs. Deputados:** Passo agora à minha intervenção.

Os órgãos da comunicação social anunciaram há momentos que graves medidas repressivas se abateram sobre os trabalhadores dos TLP, através da demissão de dezoito trabalhadores e da suspensão por um mês, sem vencimento, de outros sete.

**O Sr. Cunha Simões (CDS): Apoiado!**

**Protestos do PCP.**

**O Orador:** — Em face destes factos, não pode o Grupo Parlamentar do PCP, embora não conhecendo ainda toda a extensão e gravidade das medidas repressivas que foram tomadas, deixar de levantar o seu veemente protesto e denunciar de novo o carácter atrabilíário, autoritário e provocatório com que o Governo se vem comportando perante a luta e a vigorosa unidade dos trabalhadores dos TLP.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Surdo ao diálogo, quando os trabalhadores se empenharam no processo das negociações e lançando sobre eles acusações caluniosas para justificarem uma requisição civil, cuja legalidade é justamente posta em causa, o Governo tornou-se e torna-se efectivamente responsável pela radicalização de um processo de luta que se tem desenvolvido dentro da legalidade democrática e com reivindicações tão justas que ninguém se atreve a pôr em causa.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — O Governo não só é responsável por recusar o papel mediador do conflito de trabalho, como, se acaso tal se justificasse, em vez de apelar para o sentido da responsabilidade dos trabalhadores e das suas organizações, entra pela via da provocação, decretando a requisição, ameaçando com dureza injustificada, de tudo podendo concluir-se que o seu objectivo era não a suspensão da greve, mas a montagem de um cenário favorável a novas medidas antidemocráticas e à instauração de um clima intimidatório e repressivo que sirva os interesses das forças reaccionárias.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Neste como noutras domínios, a política antioperária do Governo vem à superfície com toda a sua crueza, demonstrando que este Governo é incapaz de abordar os caminhos da verdadeira recuperação económica, que só podem ser tri-

lhados com sucesso pelos trabalhadores e não contra eles.

Pelo contrário, as reivindicações dos trabalhadores dos TLP, essas sim, vão no sentido da recuperação económica do País e do interesse nacional.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Magalhães Mota.

O Sr. Magalhães Mota (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Sr. Deputado Severiano Falcão fez introduzir a sua intervenção de alguns comentários que dizem directamente respeito àquilo que antes eu tinha dito nesta Câmara.

Creio que foi um esclarecimento muito útil aquele que prestou sobre a posição dos trabalhadores dos TLP. No entanto, todos nós aqui na Assembleia, e também o povo português, teríamos ficado muito melhor esclarecidos se a atitude cívica desses trabalhadores se tivesse manifestado no desempenho da sua própria função, isto é, assegurando as comunicações, designadamente da central telefónica dos Sapadores Bombeiros de Lisboa, como há pouco tive ocasião de salientar.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. Nuno Abecasis (CDS): — Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento à Câmara.

O Sr. Presidente: — Faça o favor, Sr. Deputado.

O Sr. Nuno Abecasis (CDS): — Sr. Deputado Severiano Falcão, acho natural a posição do Sr. Deputado, que, em nome do seu partido e no seguimento da posição já assumida pela Intersindical, está na sua função de defender uma greve que ninguém mais defende.

O Sr. Aboim Inglês (PCP): — Defendem os trabalhadores — é quanto basta!

O Sr. Cunha Simões (CDS): — Quais trabalhadores? Os Srs. Deputados só promovem neste país a preguiça e a incompetência!

*Protestos do PCP.*

O Orador: — O Sr. Deputado, a pretexto de que nesta Assembleia se tivesse afirmado que os trabalhadores dos TLP tinham perdido todas as qualidades humanas, vem dizer-nos que algumas dezenas, centenas ou talvez mesmo milhares de trabalhadores dos TLP, perante uma desgraça evidente, perante o crescer das águas ameaçando a vida das pessoas, actuaram de facto como homens. Tal actuação não nos surpreende e ninguém nesta Câmara está convenido de que os trabalhadores dos TLP tenham perdido todas as suas qualidades humanas. Em todo o caso, isso talvez prove que a grande maioria desses trabalhadores estão a agir, sob coacção, de forma antinacional e anti-humana . . .

*Vozes do PCP: — Eh!*

O Orador: — . . . com total desprezo pelos bens e pelas vidas das vítimas das cheias. Também isto

não nos surpreende, porquanto tem acontecido, infelizmente, tantas e tantas vezes nestes últimos anos.

O que é verdade e não pode ser de forma nenhuma sofismado é que cada um de nós, cada cidadão português, tem de desempenhar a sua função de solidariedade, tem de mostrar o seu valimento como cidadão naquela função que desempenha na sociedade e não noutra. Se em período de crise cada um de nós quiser sofismar o seu empenhamento desempenhando as funções que outros talvez melhor possam desempenhar, não será por esta forma que se evitárá o caos, e os bens, as vidas das pessoas e a economia nacional não serão defendidos.

Mas não é só isso. O Sr. Deputado esqueceu uma realidade que o povo português vai pagar, e pagar caro: é que todos os equipamentos electrónicos, todos os equipamentos altamente sofisticados da nossa rede telefónica, estão fortemente afectados na sua eficácia e talvez até na possibilidade de recuperação. Isso é uma realidade insofismável que qualquer português pode constatar ao levantar, por exemplo, o auscultador do telefone.

O Sr. Jorge Leite (PCP): — Isso é tecnicamente falso!

O Orador: — Ora o povo português também merecia essa prova de solidariedade por parte dos trabalhadores dos TLP. Até hoje não a teve e tal facto justifica amplamente que se exerça justiça democrática, isto porque democracia também é justiça, democracia também é impedir que alguns se arroguem o direito de destruir o bem-estar de todos os outros.

*Vozes do CDS: — Muito bem!*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Severiano Falcão.

O Sr. Severiano Falcão (PCP): — Sr. Presidente, desejava prestar um esclarecimento no seguimento do que disse o Sr. Deputado Nuno Abecasis.

O esclarecimento prévio que dei antes da minha intervenção tornou-se útil. Pelo menos o Sr. Deputado Magalhães Mota e o Sr. Deputado Nuno Abecasis já reconheceram que afinal os trabalhadores dos TLP são homens com qualidades, coisa que não se podia depreender das afirmações iniciais do Sr. Deputado Magalhães Mota.

Segunda questão: por aquilo que o Sr. Deputado Nuno Abecasis acabou de dizer, quase se pode concluir que os trabalhadores dos TLP são responsáveis pela catástrofe das intempéries que se abateram sobre o País.

O Sr. Nuno Abecasis (CDS): — Nem tanto!

O Orador: — De facto só falta aos Deputados do PSD e do CDS responsabilizarem os trabalhadores dos TLP pela catástrofe.

*Protestos do PSD e do CDS.*

O Orador: — Para terminar, queria dizer que o juízo que o Sr. Deputado Nuno Abecasis emitiu acerca do comportamento dos trabalhadores dos

TLP em face do que se está a passar é extremamente duvidoso. Duvidoso porque o Sr. Deputado nem sequer fez referência a todas as medidas que os trabalhadores tomaram, por exemplo aos sacrifícios que fizeram, até em prejuízo da sua própria luta, na manutenção dos piquetes que sem dúvida protegeram, e continuam a proteger, aquilo que é fundamental em todo este sector das telecomunicações.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Abecasis.

O Sr. Nuno Abecasis (CDS): — O Sr. Deputado Severiano Falcão é livre de fazer o juizo que entender acerca daquilo que eu disse e até de fazer as fantasias que quiser sobre as disposições e os pensamentos do povo português relativamente aos factos que se estão a passar diante dos nossos olhos. Só gostaria de lhe pedir que não fosse tão cego ou tão antidemocrático ao ponto de pensar que esta Assembleia não reflecte efectivamente o querer e a vontade do povo português. Ora nesta Assembleia, Sr. Deputado, a voz do Partido Comunista é a única que se levanta na defesa intransigente desta greve. Isto mostra bem até que ponto os Srs. Deputados do Partido Comunista estão isolados, tendo em conta a vontade e o querer do povo português, que aqui todos reflectimos.

A Sr.ª Ercília Talhadas (PCP): — Não se preocupe com essa questão, Sr. Deputado!

O Orador: — Quanto ao resto, Sr. Deputado, tomo o compromisso pessoal de me informar, informando posteriormente a Câmara, de quais são os prejuízos irreparáveis que esta greve está a causar, apesar das boas disposições dos célebres piquetes a que o Sr. Deputado se referiu.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Cunha Leal.

O Sr. Cunha Leal (PSD): — Sr. Presidente, é para, em resposta a certos comentários do Sr. Deputado Severiano Falcão, dizer a este Sr. Deputado e à Câmara que não consideramos as virtualidades do Partido Comunista Português tão grandes que sejam elas as causadoras do dilúvio que tem caído nos últimos dias sobre o País.

Por outro lado, queria dizer-lhe que consideramos as habilidades e as virtudes dos trabalhadores da companhia dos Telefones de Lisboa e Porto tão grandes como as supõe o Sr. Deputado. Na realidade, bastou que eles se pusessem à margem dos serviços que lhes estavam entregues para estes cairrem no pandemónio em que caíram.

Era isto o que lhe queria dizer, Sr. Deputado.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Veiga de Oliveira.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Há certas questões que merecem da nossa parte um mínimo de atenção e um tratamento muito sério. Esta é uma delas.

Por aquilo que aqui foi dito por vários Srs. Deputados, nomeadamente pelo Sr. Deputado Nuno Abecasis, poder-se-ia crer que a greve dos trabalha-

dores dos TLP era de alguma forma, se não totalmente, pelo menos parcialmente, responsável pelas dificuldades que muitas das populações do nosso país estão a passar e pelos consequentes sofrimentos. Ora isto é falso. Nunca ninguém demonstrou que tal seja verdade, nem as alegações feitas a respeito da central telefónica dos Sapadores Bombeiros provam nada. Ninguém ousou dizer — e suponho que ninguém o ousará — que essa central não funcionou por causa da greve. Mais: todos sabemos que a área da devastação, onde existem situações graves, sai largamente fora da zona dos TLP ...

A Sr.ª Ercília Talhadas (PCP): — Muito bem!

O Orador: — . . . sendo servida sobretudo pelos serviços de telecomunicações dos correios, que não estão em greve.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Portanto esta é mais uma questão que deveria merecer a atenção dos Srs. Deputados quando fazem certas afirmações.

Também sabemos que a greve dos TLP, o seu prosseguimento e as condições que a originaram foram ontem objecto de ampla discussão. Tive a oportunidade de ver pela televisão um plenário em que estavam presentes 6000 trabalhadores — que não são poucos, mas muitos, em relação a todos os trabalhadores dos TLP —, plenário esse que decidiu, por unanimidade, prosseguir a greve e denunciar como falso tudo aquilo que aqui se tem dito. Os Srs. Deputados são livres de dizer que falso é aquilo que os trabalhadores dizem, mas talvez não ganhem a causa quando se apurar tudo o que efectivamente se passou.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Mais ainda: é também sabido que vai haver dentro de alguns dias eleições para o Sindicato dos TLP. Foi aqui feita a insinuação de que era o Partido Comunista o único que defendia a greve — e, pelos vistos, parece que sim. A este respeito quero dizer o seguinte: todas as listas candidatas — esclareço que há também listas de sindicalistas do PSD, do PS e da UDP e só sei se haverá alguma do CDS porque não sei se o CDS tem sindicalistas (*risos*) — votaram, por unanimidade, o prosseguimento da greve e o desmascaramento da manobra insidiosa e intolerável que está a ser feita pelo Governo para tentar ligar a greve e amarrar os trabalhadores ao pelourinho das cheias do Tejo, do Mondego e do Douro, com as quais nada têm a ver e para as quais em nada contribuíram. Não só não contribuíram para as cheias — como é evidente —, como também nada fizeram que prejudicasse a actuação que tem sido levada a cabo por todas as instâncias oficiais, nomeadamente pelas forças armadas, bem como pelas populações, a fim de minorar os males e aliviar os sofrimentos dos atingidos.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Assim, rejeitando as insinuações, protestamos contra a manipulação das cheias

— que, em meu entender, é do que se trata — para amarrar os trabalhadores dos TLP a um pelourinho a que não têm de ser amarrados, isto porque, para além de não terem responsabilidade nenhuma no que se está a passar, tomaram todas as providências para que os serviços fundamentais ou simplesmente necessários à salvaguarda dos interesses gerais em causa funcionassem.

O Sr. Deputado Nuno Abecasis referiu-se também aos prejuízos irreparáveis no equipamento. O Sr. Deputado ficou de o demonstrar. Contudo, devo dizer-lhe que o Governo ainda há bem poucos dias, antes das chuvas diluvianas, dizia que a greve dos TLP não afectaria os serviços porque os TLP tinham um funcionamento na quase totalidade automático. É um pouco esquisita a discrepancy entre estas duas afirmações, a do Governo e da administração dos TLP e a do Sr. Deputado. Devo dizer-lhe também que os 6000 trabalhadores dos TLP que estavam no Pavilhão dos Desportos afirmam o contrário do que afirma o Sr. Deputado.

Tudo considerado, veremos, no fim de tudo, quem é que de facto tem razão.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, chegámos à hora habitualmente reservada ao intervalo. Os Srs. Deputados inscritos — Srs. Deputados Cunha Leal e Nuno Abecasis — ficarão com a palavra reservada para depois dele.

O Sr. Cunha Leal (PSD): — Se V. Ex.<sup>a</sup> me consentir, Sr. Presidente, como são apenas duas intervenções para esclarecimento da intervenção do Sr. Deputado Veiga de Oliveira . . .

O Sr. Presidente: — Não tenho a certeza de que sejam apenas duas intervenções, Sr. Deputado. Duas trazem quatro, quando não mais.

O Sr. Cunha Leal (PSD): — Vamos admitir que são apenas duas, Sr. Presidente, porque estamos num parlamento cheio de homens de boa vontade.

O Sr. Presidente: — Vamos então admitir que serão apenas duas as intervenções.

Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra, Sr. Deputado Cunha Leal.

O Sr. Cunha Leal (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Queria dizer apenas o seguinte: acabo de ouvir com toda a atenção — como aliás me cumpria — o Sr. Deputado Veiga de Oliveira.

Não quero pôr em causa a boa vontade das dezenas, das centenas — talvez milhares — de trabalhadores da companhia dos Telefones de Lisboa e Porto que deram o melhor do seu esforço, com o risco por vezes da própria vida, para salvarem vidas e haveres alheios. O que é certo é que tenho o direito de, perante esta Câmara, dizer que talvez melhor o tivessem feito se houvessem permanecido nos seus lugares, permitindo a defesa dos bens, dos haveres e das vidas alheias com a sua permanência aos microfones, aos telefones, nas câmaras onde trabalham e onde entendo que deviam exercer o seu labor.

Não sei se isto assim se passou, nem sei outros sim se é verdade ou não aquilo que certas emissoras

radiofónicas têm espalhado, ou seja, que não podem fornecer melhores noticiários sobre o bem, o mal ou o muito de mal que vai por este país fora em matéria de calamidades provocadas pelos dilúvios que têm tombado sobre nós por não terem à sua mercê linhas telefónicas de comunicação que lhes permitam o relato fiel do que se tem passado. Não sei nada disso.

Não sei também se é justa ou não a reivindicação dos trabalhadores dos TLP. Sei apenas o seguinte: se eles pretendiam pôr-se de bem com a consciência própria deste país, melhor teria sido que voltassem aos seus lugares, que tivessem interrompido a greve que iniciaram, para perante a calamidade pública não se colocarem como vítimas imbeles da intempérie que tombou sobre nós e como meros auxiliares da melhor maneira de nos pôr a recato dos inconvenientes que dela resultaram. Sei que, se o houvessem feito, se houvessem retomado o seu lugar e interrompido a greve para a ela voltarem logo que resolvidos os problemas que mais nos afectam e que mais tocaram fundo a alma dos Portugueses, a sua luta seria muito melhor compreendida pela grei nacional e a pugna pelas suas reivindicações teria sido muito melhor acolhida pelo povo português, que assim a repudia.

O Sr. Bento Gonçalves (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Este é que é o cerne do problema e não vale a pena estarmos com ilusões, porque, por cada homem que perde o seu lar, por cada vida que desaparece, por cada família que entra em desagregação, está descoberta a *bête noire* — para empregar uma expressão francesa tão usada lá fora e tão compreendida cá dentro — que há-de ser imputada às pessoas que de alguma forma, directa ou indirectamente, prejudicaram o salvamento da vida nacional nesta hora de perigo e que elas próprias testemunham com o seu exemplo, na justa medida em que, não exercendo nos seus devidos lugares as funções que lhes são próprias, vão acorrer à campina ribatejana para tentarem com o poder dos seus músculos salvar pessoas que se encontram em perigo. Isto é o nítido reconhecimento por elas próprias do perigo em que os outros incorrem. Invocar-se aqui este exemplo nestas circunstâncias é fazer-se a confissão de que tais pessoas reconhecem talvez um pecadilho de consciência que noutras circunstâncias não saberiam reconhecer.

É isto o que eu lamento e é isto que quis pôr em evidência. É isto também que põe em causa as declarações do Sr. Deputado Veiga de Oliveira.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Abecasis.

O Sr. Nuno Abecasis (CDS): — Sr. Engenheiro Veiga de Oliveira, somos dois engenheiros, como tal habituados às palavras do rigor e penso que à precisão das afirmações.

Gostei que me tivesse feito o desafio que me fez, porque ele me dará ocasião de chamar a atenção da Câmara para algumas imprecisões da intervenção do Sr. Deputado Severiano Falcão e da sua própria intervenção.

Em primeiro lugar, o Sr. Deputado Severiano Falcão acusou o Governo de não ter utilizado a sua capacidade conciliatória. Toda a gente em Portugal sabe que isso não é verdade. O Governo fez um apelo à fase conciliatória, a qual não foi aceite.

Em segundo lugar, o Sr. Deputado Veiga de Oliveira disse que das minhas palavras se poderia depreender que eu estava a atirar com a responsabilidade da abertura das comportas do céu sobre nós para cima dos trabalhadores dos TLP, esquecendo-se de que o Sr. Deputado Severiano Falcão tinha acabado de reconhecer naquilo que eu disse que os trabalhadores dos TLP sempre eram homens.

Sr. Engenheiro Veiga de Oliveira, somos ambos engenheiros e sabemos perfeitamente que do facto de as redes dos CTT e dos TLP serem redes independentes não se negue que não seja através dos mesmos aparelhos, canalizados muitas vezes, em circuitos cruzados, pelas mesmas centrais, que se fazem as interligações de uma rede com a outra. É evidente que se uma greve na rede a cargo dos TLP invalidar e puser fora de circuito todos os aparelhos da zona de Lisboa e da zona do Porto afectos aos TLP, para todos os efeitos úteis essas redes estão fora do circuito e vão, quer se queira quer não, afectar as populações que foram atingidas.

O Sr. Deputado sabe também que há estações não assistidas e estações assistidas. Mesmo as estações não assistidas carecem de vigilância, principalmente quando se acumulam sobre elas serviços em escala anormal. É isto o que está a acontecer tecnicamente com as estações não assistidas e com as estações assistidas dos TLP, provocando desgastes anormais e talvez prejuízos irreparáveis. O Sr. Engenheiro Veiga de Oliveira sabe que eu tenho razão, que as minhas afirmações são rigorosamente certas e que não vem ao caso dizer que se trata de duas redes independentes.

Quanto à sua preocupação sobre se o CDS tem ou não sindicalistas, devo dizer-lhe que sindicalizados temos de certeza, e o Sr. Deputado conhece-os. Sindicalistas, temos alguns! O nosso movimento sindicalista, pode ter a certeza, está a crescer, coisa que não acontece com o vosso.

O Sr. Vítor Louro (PCP): — Então cresçam e apareçam!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vou ainda dar a palavra ao Sr. Deputado Veiga de Oliveira, mas será o último orador a usar da palavra antes do intervalo.

Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra, Sr. Deputado Veiga de Oliveira.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Suponho que evitarei suscitar novas intervenções. Em todo o caso, não posso deixar passar em claro algumas afirmações que foram feitas.

Em primeiro lugar, Sr. Deputado Cunha Leal, o que V. Ex.<sup>a</sup> disse não pôs em causa nada do que afirmei. Sr. Deputado, a questão subsiste na mesma, e é esta: de um lado há uma greve, e não vamos discuti-la — quem a discute são os trabalhadores da empresa em causa; por outro lado, há uma situação anormal, provocada por chuvas diluvianas. Há tam-

bém milhares de declarações da parte dos trabalhadores responsáveis, transmitidas inclusivamente pela Radiotelevisão — o Sr. Deputado deve ter visto —, a respeito da segurança com que estavam a ser prestados os serviços essenciais para não se prejudicar a actuação de salvamento ou de assistência às vítimas da catástrofe.

O Sr. Bento Gonçalves (PSD): — Já sabemos que isso não é verdade.

O Orador: — Quanto a isto, não há nenhuma afirmação em contrário, Sr. Deputado. O que há é uma presunção de que a greve está a agudizar as dificuldades. Trata-se de uma mera presunção. Ora foi contra isto que protestei, dizendo que com estas afirmações se pretendia amarrar os trabalhadores dos TLP a um pelourinho a que não têm de ser amarrados.

Em relação ao Sr. Deputado Nuno Abecasis, tenho a dizer que a precisão é uma coisa muito bonita. Mas devo dizer-lhe o seguinte: quando o Sr. Deputado mistura as consequências dramáticas da assistência a populações das regiões afectadas com os prejuízos materiais e técnicos na aparelhagem, não está a ser nada preciso, Sr. Deputado.

O Sr. Nuno Abecasis (CDS): — Estou sim, Sr. Deputado.

O Orador: — Não está, não.

O Sr. Nuno Abecasis (CDS): — Estou, estou.

O Orador: — Não está, Sr. Deputado. Repare: o Sr. Deputado começou por fazer todo um discurso que levaria a crer que tudo se tinha agravado pela greve dos TLP: Isso não está demonstrado e tenho boas razões para afirmar o contrário. Depois caiu num terreno completamente oposto, que é o dos eventuais prejuízos que qualquer greve, nesta empresa ou noutra qualquer, pode acarretar. Mas não lhe ocorre perguntar de quem é a responsabilidade?!

Sr. Deputado, ninguém aqui disse uma palavra a respeito da justeza das reivindicações. Posso, portanto, admitir que elas são justas. Sendo assim, quem é que fez o mal? Fez o mal quem não aceitou negociar essas reivindicações. Foi o Governo, que, em vez de dar uma palavra que pudesse desbloquear a situação, vai jogar gasolina no fogo, como se costuma dizer. Não só fez o mal, como agora faz a caramunha, porque pretende amarrar os grevistas, que têm toda a razão, ao pelourinho das cheias do Tejo, do Mondego e do Douro.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Cunha Leal fica com a palavra reservada para depois do intervalo.

A sessão fica interrompida até às 18 horas e 20 minutos.

*Eram 17 horas e 50 minutos.*

O Sr. Presidente: — Está reaberta a sessão.

*Eram 18 horas e 35 minutos.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Cunha Leal.

O Sr. Cunha Leal (PSD): Sr. Presidente, sou colhido um pouco de surpresa, pois durante o intervalo — que não foi para mim verdadeiramente um intervalo, na preciso medida em que tive de contactar com o Sr. Embaixador da Suécia, que se encontra aqui entre nós, como candidato que é ao Conselho da Europa — perdi, um pedacinho, devo confessar, o fio à meada.

No entanto, daquilo que me recordo, quero dizer ao Sr. Deputado Veiga de Oliveira — e faço-o pelo muito que o prezo — que não são os direitos dos trabalhadores da companhia dos Telefones de Lisboa e do Porto o motivo da nossa discordância neste momento. Aquilo que efectivamente eu pretendi pôr em causa foi a circunstância de perante uma catástrofe a todos os títulos imprevisível, os próprios trabalhadores grevistas terem abandonado os seus lugares para se dedicarem a trabalhos de salvamento, como o próprio Sr. Engenheiro Veiga de Oliveira acaba de descrever, o que demonstra até que ponto a catástrofe atingiu os paroxismos do inacreditável. Portanto, aquilo que eu ponho em causa não é o direito à greve, que pode ser sempre discutido, mas que é sem dúvida um dos direitos fundamentais de todo o trabalhador, seja qual for a sua profissão.

O problema que neste momento está em causa é precisamente o de saber se o exercício do direito à greve não deveria ter sido suspenso numa altura em que precisamente se verificaram as ocorrências a que acabo de referir-me e a que o Sr. Engenheiro Veiga de Oliveira deu o devido relevo. Por mim, entendo que os trabalhadores só se teriam nobilitado se tivessem tido em consideração as circunstâncias anómalas que vivemos, mostrando a toda a gente que, sem abdicarem de um direito sagrado e inalienável da sua própria classe, como aliás de todas as classes de trabalhadores, punham de lado o exercício desse direito para precisamente ocorrerem a uma emergência ameaçadora do bem-estar e da sobrevivência do País, essa intempérie que S. Pedro parece ter desabridamente feito desabar sobre nós, apesar do fundo atávico de catolicismo deste país, que parece não ter entrado em linha de conta lá para as bandas dos domínios de S. Pedro.

Em todo o caso, isso deveria ser tido em conta, sustento eu, pelos trabalhadores da companhia dos Telefones de Lisboa e Porto. E a nossa única discordância neste momento — sem que eu com isso signifique que estou em discordância com o factor determinante da greve e da manutenção da mesma — é a razão determinante da minha intervenção de há pouco. Isto parece-me que não foi nem pode ser posto em causa por ninguém de boa fé, e é de boa fé que eu entendo que o Sr. Engenheiro Veiga de Oliveira há pouco usou da palavra.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Abecasis.

O Sr. Nuno Abecasis (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Vou ser muito breve, mas não pos-

so deixar de assinalar que o Sr. Engenheiro Veiga de Oliveira, depois de fazer um apelo à precisão e ao rigor das afirmações aqui produzidas, estranhasse que eu tivesse sido rigoroso e preciso nas minhas afirmações.

Sr. Engenheiro Veiga de Oliveira, não misturei, nem tenciono misturar, os dois problemas que aqui foram focados. São duas faces da mesma realidade, e isso não o podemos ignorar, quer queiramos, quer não.

Ainda na linha da precisão, gostava de dizer ao Sr. Engenheiro Veiga de Oliveira que a lei da greve prevê e exige que os equipamentos sejam mantidos em boas condições de funcionamento, não sendo portanto verdade o que por vezes se diz, ou seja, que em consequência de qualquer greve se tenham de deteriorar equipamentos, particularmente determinados equipamentos que nem sequer são de produção nacional e cujos prazos de entrega ninguém sabe quais serão. Isso não é verdade, pois uma das obrigações sagradas dos piquetes de greve e dos promotores das greves é exactamente velar por que os equipamentos não sejam danificados, para que mais tarde os trabalhadores não possam ser acusados de incúria.

Gostava ainda de dizer ao Sr. Engenheiro Veiga de Oliveira que não foi por acaso que não me referi à razão ou à semi-razão da greve. Não foi por acaso, porque não preciso que o Sr. Engenheiro me ensine — embora talvez precise que me ensine outras coisas — que as greves dizem respeito aos trabalhadores e a sua justiça ou injustiça é por eles que deve ser avaliada. Por isso não me pronunciei sobre o fundo da questão, mas o mesmo não fez nem o Sr. Engenheiro nem o seu partido, porque, depois de dizerem que as greves dizem exclusivamente respeito aos que as praticam, aqui as defendem ou as criticam — tanto faz, mas, de uma maneira ou de outra, interferem nelas. Eu não cometi esse pecado, mas o Sr. Engenheiro e o seu partido cometaram-no.

Penso, pois, que quanto a rigor e precisão, Sr. Engenheiro Veiga de Oliveira, não tenho que me penitenciar, na medida em que fui rigoroso, preciso e não atirei culpas, além daquelas que são merecidas, sobre outras pessoas. Reconheci que, apesar de tudo e apesar de eventuais manipulações, os homens continuam a ser homens, estejam nos TLP ou noutro sítio qualquer.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Sr. Presidente, dá-me licença?

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, dê-me também licença que lhe exponha o seguinte: no prolongamento do período de antes da ordem do dia só pode usar da palavra um Deputado por partido, durante cinco minutos. Já falaram três ou quatro Deputados de cada partido e durante muito mais do que cinco minutos. Ainda não entrámos no período da ordem do dia e assim não sei quando lá chegaremos. Portanto, ponho este problema à consciência do Sr. Deputado Veiga de Oliveira.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Sr. Presidente, serei extremamente breve, pois reconheço que não se pode eternizar esta questão, mormente porque há um certo tom repetitivo naquilo que se diz. Em todo o caso, porque eu estou a ser um pouco o foco, naturalmente, como representante do meu grupo parlamentar, acho que me são devidos pelo menos dois minutos para esclarecer algumas questões.

Sr. Deputado Cunha Leal, venho dizer-lhe que não é a sua boa fé que está em causa. No entanto, em tudo o que o Sr. Deputado disse está o pressuposto de que a greve agrava por alguma forma as dificuldades advindas das calamidades que caíram sobre certas regiões do País. E esse pressuposto, Sr. Deputado, naturalmente, em meu entender, é o eco das calúnias que lá fora circulam, mas que não põem de forma nenhuma em causa a sua boa fé. Efectivamente, partindo desse pressuposto, podem tirar-se todas as conclusões que se queira, mas o que não está de forma nenhuma demonstrado, antes pelo contrário, é que o pressuposto seja verdadeiro.

O Sr. Deputado Cunha Leal falou do direito à greve, afirmando que pode ser sempre discutido — eu dir-lhe-ei que, em minha opinião, nem é para ser discutido — e acrescentou que esse direito se distingue do exercício. É evidente que sim. Simplesmente, a decisão foi tomada por unanimidade — não foi um número qualquer de trabalhadores —, com consciência perfeita do que estavam a fazer e com conhecimento pleno das situações de facto. Parece-me, pois, que não há o direito de aqui, nesta Câmara, com a responsabilidade de Deputados que somos, nos fazermos eco de certas coisas que se dizem em certa imprensa ou que são posições de certas partes que são parte no conflito.

Em relação ao Sr. Deputado Nuno Abecasis, devo dizer-lhe o seguinte: a lei da greve prevê e exige que os equipamentos sejam mantidos em boas condições de funcionamento. De acordo. Mas do que o Sr. Deputado falou foi de prejuízos. Ora o equipamento está a ser conservado. É o que afirmam, com a responsabilidade que têm, os grevistas dos TLP.

O Sr. Nuno Abecasis (CDS): — Desculpe, mas não está!

O Orador: — Sr. Deputado, isso é uma afirmação, mas contra essa afirmação há a de um plenário de 6000 trabalhadores dos TLP. Mas, quanto a prejuízos, é evidente que qualquer greve causa sempre prejuízos.

O Sr. Nuno Abecasis (CDS): — Não é inevitável!

O Orador: — Se a greve não causasse prejuízos não tinha nenhuma espécie de força, Sr. Deputado. A greve só é uma greve dos trabalhadores para fazer reconhecer os seus direitos precisamente porque produz efeitos que prejudicam alguém.

O Sr. Nuno Abecasis (CDS): — Prejuízos é uma coisa, destruição é outra.

O Orador: — Mas quem falou em destruição se não o Sr. Deputado Nuno Abecasis? O Sr. Deputado é que referiu isso e prometeu demonstrá-lo. Nós esperamos pela demonstração, mas por agora

há uma simples afirmação e mais nada. Quando o Sr. Deputado vier aqui demonstrar que a greve — e não outra coisa qualquer — produziu efectivamente destruição dos equipamentos, nessa altura veremos.

O Sr. Deputado Nuno Abecasis disse ainda que nós é que vimos aqui defender ou atacar greves e que o CDS está isento de tal pecado. Oh Sr. Deputado, nós temos estado aqui toda a tarde a defender uma coisa que os senhores, e só os senhores, atacam!

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Atacam o direito à greve dos trabalhadores dos TLP, confundem cheias com greve...

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Nuno Abecasis (CDS): — Está muito enganado!

O Orador: — . . ., confundem telecomunicações com inundações (*aplausos do PCP*); e depois dizem: Oh céus, nós estamos isentos desse pecado!

Sr. Deputado Nuno Abecasis, por que é que eu estive aqui a tarde inteira a defender o direito à greve dos trabalhadores dos TLP? — Não a greve, porque essa decidem-na eles. Por que é que eu estive aqui a tarde inteira a combater a manipulação de certas ideias que correm na imprensa, em certos órgãos de informação, ou de desinformação (como queira)? Porque o Sr. Deputado atacou a greve, e não só. Não diga, pois, que não ataca a greve, porque de facto é o que tem feito.

O Sr. Bento Gonçalves (PSD): — As eleições ainda vêm longe!

O Sr. Cunha Leal (PSD): — Sr. Presidente, dá-me licença?

O Sr. Presidente: — Oh Sr. Deputado Cunha Leal, peço-lhe que me ajude a cumprir o Regimento! Por este andar ninguém se entende nesta Casa!

O Sr. Cunha Leal (PSD): — Sr. Presidente, pedi a palavra para um breve protesto, para apenas fazer ciente a Câmara, e muito em particular o Sr. Engenheiro Veiga de Oliveira, que muito prezo, do seguinte: de que eu não sou vazadouro das calúnias que por aí correm. Se efectivamente existem calúnias a tal respeito, elas não me tocam. O que tocam é a opinião pública e é isso que é preciso acudelar em nome da defesa dos bons princípios, em nome da defesa do direito à greve, em nome da defesa dos direitos da democracia. É isso o que importa. Em democracia, tal como a mulher de César, não importa ser sério, importa parecerlo. É que, com o seu comportamento, os grevistas dos Telefones de Lisboa e Porto não parecem ser sérios, havendo quem duvide que o sejam.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Abecasis, a quem peço para ser rápido.

O Sr. Nuno Abecasis (CDS): — Sr. Presidente, vou ser muito breve, mas não posso deixar de fazer um protesto.

Se o Sr. Deputado Veiga de Oliveira não nos tivesse ainda agora interrogado — ao que parece com uma certa ansiedade — sobre se nós tínhamos ou não sindicalistas, eu até deixaria passar em branco . . .

*Protestos do PCP.*

O Sr. Jorge Leite (PCP): — Isso já foi há bocado. Isso vem ao retardador!

O Orador: — Não estejam preocupados, Srs. Deputados. Estejam calmos e descontraídos e calem-se um bocadinho para eu poder falar.

Se não fosse isso, eu levaria à conta de má audição do Sr. Deputado Veiga de Oliveira o ter dito diante desta Assembleia que nós tínhamos criticado o direito à greve dos trabalhadores dos TLP. Como se juntam as duas afirmações, da forma mais categórica eu quero desmentir que de algum Deputado da minha bancada tivesse saído qualquer afirmação sobre o direito ou não direito à greve dos trabalhadores dos TLP ou de quaisquer outros trabalhadores em Portugal. Do que se falou foi das implicações de uma greve sobre os efeitos de determinada catástrofe que estamos a viver. Toda a gente sabe, e o Sr. Deputado Veiga de Oliveira também, que não seria caso virgem interromper-se uma greve para a prosseguir depois com os mesmos resultados, com muito mais força moral.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Não é, pois, verdade ter eu afirmado ou alguém desta bancada que estava em causa o direito à greve dos trabalhadores dos TLP. Mais: das vozes que se elevaram da minha bancada não saiu qualquer apreciação a favor ou contra, nem minimamente foi aflorado o assunto das razões profundas desta greve. Não nos pronunciámos sobre isso, carecendo portanto de fundamento a afirmação do Sr. Engenheiro Veiga de Oliveira.

O Sr. Cunha Leal (PSD): — V.Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, permite-me um comentário?

O Sr. Presidente: — Oh, Sr. Deputado, agora um comentário, logo uma explicação, depois um esclarecimento e nunca mais saímos daqui! Peço desculpa, mas isto assim não pode continuar, Sr. Deputado.

O Sr. Cunha Leal (PSD): — É só para dizer que lamento que tudo isto não se tivesse passado pelo telefone, porque, a ser assim, não tinha havido discussão alguma!

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — O meu telefone nunca falou tão bem como agora!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra para uma intervenção a Sr.<sup>a</sup> Deputada Amélia de Azevedo.

Tenho muito prazer em ouvi-la, Sr.<sup>a</sup> Deputada, o que já não acontece há muito tempo, mas antes permito-me lembrar-lhe, dada a forma como tem

decorrido esta reunião, que o Regimento indica que dispõe apenas de cinco minutos.

A Sr.<sup>a</sup> Amélia de Azevedo (PSD): — Eu sei, Sr. Presidente. Procurarei respeitar o Regimento, como sempre tenho feito até à data.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O programa de Filosofia para os 10.<sup>º</sup> e 11.<sup>º</sup> anos de escolaridade, criando ao abrigo do Despacho Normativo n.<sup>º</sup> 140-A/78 do Mec, de 22 de Junho, homologado por despacho da SEEBS de 28 de Julho de 1978, iniciou-se, a título experimental, no corrente ano lectivo, apenas para o 10.<sup>º</sup> ano.

Na minha intervenção não deixarei, porém, de fazer uma apreciação crítica global do programa oficial de Filosofia dos dois anos do curso complementar, dado que aquilo que acima de tudo está em causa é a ausência de estrutura e uma formulação vaga, que tanta perplexidade causa a alunos como a professores.

Já no ano passado os Sindicatos dos Professores e as associações de pais se insurgiram contra a criação, por parte do ex-Governo Socialista, dos 10.<sup>º</sup> e 11.<sup>º</sup> anos, a título meramente experimental, mas com carácter de generalidade. Milhares e milhares de jovens alunos são assim usados como cobaias, quando exigências pedagógico-didácticas aconselhavam a restringir a sua aplicação a um número mínimo de alunos, em turmas determinadas e num ou outro estabelecimento de ensino. Acresce que os alunos estão a ser enormemente prejudicados com a diminuição das possibilidades reais de opção quanto a cursos, por razões geográficas, económicas e até psicológicas.

O Sr. Guerreiro Norte (PSD): — Muito bem!

A Oradora: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Figueira a cadeira de Filosofia num tronco de cadeiras básicas, isto é, comum a todas as áreas de escolha dos alunos — o que está certo! —, num elenco de cento e vinte disciplinas, sublinho cento e vinte disciplinas, em que se incluem também as denominadas cadeiras específicas e as vocacionais.

Irrealisticamente o ex-Ministro Cardia despachou sem ter em consideração se haveria ou não instalações e pessoal docente em número adequado às carências específicas de tantas e tão variadas disciplinas.

Como consequência, podemos verificar que há no grau secundário professores de Filosofia a ensinarem jornalismo, professores de História a ensinarem técnicas de investigação e comunicação, de Ciências Naturais a ensinar socorrismo. Em suma, professores obrigados pelo MEC a ensinar aquilo que não sabem e que nem razoável e honestamente se lhes pode exigir que saibam!

Em conexão com estes problemas se levanta ainda um outro, o problema da avaliação de conhecimentos.

São as provas de exame feitas a nível nacional ou a nível de estabelecimentos de ensino?

Quanto eu sei, nada foi definido ainda. No caso de serem a nível nacional, pergunta-se: quais os conhecimentos exigíveis a todos os alunos? Não se deve o caso de virem a constar do ponto de exame matérias que não lhes foram ministradas, o que é

fatal, se não houver um programa orientador e exequível a que os professores estejam minimamente vinculados.

No caso de ser a sua feitura a nível de estabelecimento de ensino, não cairemos nos erros e abusos de triste memória?

Mas, centrando-me agora na cadeira de Filosofia, trago aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a preocupação de muitos professores, que, a despeito da sua comprovada experiência profissional e devoção à carreira, vêm com apreensão:

- 1) A diminuição de provas semanais desta disciplina sem que correlativamente se reduza a extensão do programa;
- 2) A obrigatoriedade de proferir lições com um programa vago, sem critério nem objectivos e até sem indicações bibliográficas!

E agora pergunta-se: não será isto a liberdade de ensinar? Sim, é a liberdade de ensinar tudo e de ensinar nada, é a liberdade de abrir perspectivas várias aos espíritos jovens e é a liberdade de abrir só uma e tapar outras; é, em suma, a liberdade de manipulação ideológica, sectária e fúria.

O Sr. Guerreiro Norte (PSD): — Muito bem!

A Oradora: — Perante isto, interrogo-me: haverá liberdade de aprender?

Situando-se os alunos numa fase etária correspondente aos 15 anos ou até menos em situação de imaturidade e juízo crítico incipiente, fácil é criar um certo tipo de monolitismo intelectual tão do agrado dos regimes totalitários.

A ordem de precedência e a reduzida importância atribuída a certas matérias são também motivo de vivo repúdio da nossa parte. Vejamos então: programa do 10.º ano.

O ponto 1 — Reflexão filosófica — Considera-se adequada a sua inserção se se tiver em vista uma iniciação nos problemas filosóficos em moldes acessíveis aos alunos, em regra mal preparados. Tendo, porém, em conta certas rubricas, logo nos apercebemos de que a sua vaga formulação abre todo um campo fácil à manipulação ideológica.

Quanto ao ponto 2 — O homem como realidade psíquica — Consideraremos retrógrado e mistificador versar a psicologia na cadeira de Filosofia num mesmo capítulo, cujo desenvolvimento fica remetido ao critério e aos caprichos dos docentes.

O Sr. Guerreiro Norte (PSD): — Muito bem!

A Oradora: — E embora no novo programa, nas instruções que o acompanham, se afirme que este é a reformulação do anterior, tal afirmação não é exacta, desde logo porque inclui este ponto 2.

Modernamente, em países de tradição cultural comum à nossa, reputa-se como exigência pedagógica fazer acompanhar criteriosamente a Filosofia do estudo da Psicologia.

É que não se pode penetrar na Filosofia, que centraliza o homem, sem ter o mínimo conhecimento teórico-prático sobre percepção, inteligência, criatividade, tipos de personalidade, afectividade e emoções, como factos gerais do psiquismo; atitudes,

comportamento e motivações; aprendizagem e socialização do indivíduo.

Chegamos assim ao ponto de concluir que tal programa é antinatural! A título meramente exemplificativo, diremos que o estudo da inteligência sob o ponto de vista psicológico levar-nos-á ao conhecimento em filosofia, as noções de percepção e conceito à teoria do conhecimento ou ainda que a discriminação entre a crença e o conhecimento racional, isto é, a ligação entre a psicologia e a filosofia conduzir-nos-á ao problema de Deus.

Impõe-se, portanto, ou o estudo prévio da Psicologia em anos separados, ou até em conexão, como em França. Legítima e justificada é ainda a preocupação de muitos alunos das Faculdades de Psicologia do Porto, Coimbra e Lisboa, que se interrogam sobre as perspectivas de emprego num país que lhes veda a entrada na indústria, na saúde e agora no ensino. Ora, o valor de um sistema de educação deve aferir-se, também, a partir de um critério sócio-económico, pelo qual os alunos formados dentro desse mesmo sistema hão-de corresponder às exigências da sociedade em que se integram. Mas, além da sequência relativa no plano de estudos, merece-nos reparo a maneira como a Filosofia e a Psicologia têm vindo a ser irrealisticamente programadas e consequente ministradas.

Dá-se especial relevo ou relevo quase exclusivo à psicologia experimental, à psicologia como ciência, donde a concepção do homem como resultado do condicionamento exterior, reagindo como reflexo de situações.

Partindo-se do determinismo como postulado científico e doutrina filosófica, encara-se toda a ação do homem e os acontecimentos do universo como efeito de antecedentes imediatos. Mas tenhamos bem presente: em todo o determinismo, seja qual for o seu fundamento, o homem pode ser instrumentalizado pela classe política.

Ora, introduzir no programa tais estudos está certo, a isso não opomos objecções, enquanto contributo e análise das sociedades, enquanto esquema de interpretação das coisas.

O que não está certo é que se dê aos alunos uma só — repito, uma só — perspectiva da psicologia, considerando o homem apenas como organismo e não como pessoa, colocando o homem a reagir em função das circunstâncias e não a intervir nas circunstâncias, considerando o homem como objecto e não como senhor de si próprio. É, em suma, toda uma concepção existencial humanista nas suas perspectivas actuais que ao aluno é sonegada, em detrimento de uma formação pluralista, que é meio de liberação do próprio homem.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Oradora: — Ao referir-se o programa de Filosofia no ponto 3.1 aos valores éticos, é de perguntar: pretende-se que se dê uma ideia dos vários sistemas de moral? Por que misturar bem, dever e pessoa? Pretende-se que somente se definam os termos em que se procura um fundamento para a noção de bem? O direito é uma situação moral? O dever não? O dever é uma noção fundamental e o direito é uma situação moral?

Eis algumas questões que se deparam ao professor ao ler as alíneas deste número do programa. Convenhamos mesmo que os temas ontológicos seriam mais adequados aos alunos do 11.º ano, após iniciação filosófica adequada.

O ponto 3.2 — Valores políticos. É descabido meter aqui a «martelo» estas noções de introdução à política. A não se querer uma cadeira específica, seria mais adequado versá-las num capítulo de valores ético-políticos.

Atentemos agora rapidamente no programa de Filosofia do 11.º ano:

Os temas «Ciência e filosofia», «Conhecimento lógico-matemático» e «O conhecimento nas ciências» são uma fusão infeliz das orientações dadas nos dois últimos programas. O programa é uma pseudo-epistemologia das ciências humanas e sociais, tendente a esvaziar de conteúdo a filosofia e permitindo transformá-lo numa formação de quadros ideo-marxistas ou de outros quaisquer.

Apresenta ainda o programa do 11.º ano uma lista de filósofos para estudo da fundamentação do conhecimento e da atitude metafísica, ficando a escolha de dois deles ao critério do professor. Ora, os próprios professores reconhecem que tal escolha pode ser facciosa, porque unilateral, como também pode ser desastrada por recair sobre filósofos inacessíveis ou de difícil compreensão. Tenhamos por exemplo em mente Piaget e Heidegger.

Houve a louvável preocupação de incluir alguns nomes portugueses, valiosos sobretudo no campo pedagógico, mas então por que se esquece Francisco Sanches, que teve importância na teoria do conhecimento, e Antero de Quental?

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Aquando da discussão do Programa do III Governo Constitucional fizemos uma intervenção no Grupo Parlamentar do PSD, pela voz do Deputado Sapinho, chamando atempadamente a atenção para a grave experiência pedagógica que constitui o curso complementar.

Urge fazer uma reformulação tão rápida quanto possível do programa de Filosofia dos 10.º e 11.º anos de escolaridade, quer através de uma reestruturação fenomenológica e epistemológica, quer através de uma perspectiva pluralista, que é exigência de liberdade e imperativo constitucional.

#### *Aplausos do PSD e do CDS.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, também para uma intervenção, o Sr. Deputado Manuel Dias.

O Sr. Manuel Dias (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Só a extrema importância que o Partido Socialista está dedicando aos gravíssimos acontecimentos que têm ocorrido no nosso país desde há cinco dias para cá me leva a aproveitar estes cinco minutos que regimentalmente me são atribuídos.

De facto ninguém pensaria que depois de 1941, mais de meio século depois de se registrar a grande cheia de 1876, o rio Tejo voltasse a encher, provocando as cheias verificadas na madrugada do passado domingo.

Só quem como eu, durante dois dias e uma noite, assistiu ao drama intensíssimo das populações do Rossio ao sul do Tejo, junto da cidade de Abrantes, ao norte do Ribatejo, poderá aqui dizer algo

daquilo que não pode nem sequer imaginar quem longe se encontra: dezenas de cidadãos em cima dos telhados que gritavam para que alguém os fosse socorrer; tiros de armas caçadeiras que eram constantemente disparados para o ar para despertar a atenção dos barcos que as forças armadas e os bombeiros tinham deslocado para a zona de muitos quilómetros de ruas e de estradas completamente transformadas em rios.

Porventura a zona do Rossio, perto de Abrantes, terá sido, em termos de prejuízo, a mais afectada de todo o distrito de Santarém, porque nessa zona, bastante industrializada, os prejuízos na indústria são enoráveis, na ordem das muitas dezenas de milhares de contos.

Quanto a este problema, permitia-me desde já fazer uma sugestão ao Governo para que crie uma linha de crédito altamente vantajosa, porque, a não ser assim, não duvidamos que indústrias que até aqui não têm atravessado grandes dificuldades vênam, em futuro próximo, a atravessar dificuldades insuperáveis. Uma metalúrgica que apura de prejuízos 40 000 contos em trinta dias precisa de facto, para começar a laborar, de algum crédito para assegurar mais de quatrocentos postos de trabalho. Este é um problema social importante que quis salientar nesta sugestão ao Governo.

Quanto à população mais pobre, que foi aquela que porventura mais sofreu na carne a catástrofe, permitia-me também deixar aqui uma outra sugestão — e isso será obrigação do Governo —, no sentido de que a ajuda seja imediata, porque muitas das famílias atingidas ficaram, como tive ocasião de verificar, absolutamente sem nada. E não fora as forças armadas, as autoridades administrativas e as autarquias locais estarem a dar-lhes as refeições, essas pessoas nem dinheiro teriam para comprar um pão.

O Sr. Guerreiro Norte (PSD): — Muito bem!

O Orador: — No que diz respeito às comunicações, queria também levantar aqui um problema, porque neste momento, de norte para sul do País, ou vice-versa, acontece simplesmente isto: quem quiser utilizar as estradas portuguesas só o poderá fazer, do Norte para o Sul, ou na Ponte de 25 de Abril, nesta cidade, ou então 200 km ao norte do Tejo no caminho para Espanha, na ponte de Belver, ou ainda mais longe, junto da fronteira, na ponte de Vila Velha de Ródão. As pontes do Ribatejo e de Vila Franca, essas estão completamente impraticáveis. É relativamente a este problema que eu queria chamar a atenção da Câmara para o facto de em Constância estar uma ponte ferroviária para ser inaugurada dentro de meses. Paralela a ela ficará a velha ponte ferroviária, ponte essa que pode perfeitamente ser aproveitada para trânsito rodoviário, pois não foi atingida por esta cheia, devido à cota ser muito elevada. Esta ponte dá portanto possibilidade de se fazer a ligação Norte-Sul. Somos um país com carências económicas enormes, pelo que é necessário aproveitar o que está feito, transformando a velha ponte ferroviária numa ponte rodoviária. De resto sabemos que a CP já decidiu não desmantelar a ponte velha, como até há pouco tempo estava estabelecido; modificou, portanto, a sua opinião e

entregou o problema às Câmaras da Barquinha e de Constância, que são as mais directamente ligadas ao problema. A verdade, porém, é que nenhuma destas Câmaras tem a mínima possibilidade de chamar a si uma obra daquele vulto. Terá de ser certamente o Ministério dos Transportes e Comunicações ou o Ministério da Habitação e Obras Públicas a chamar a si o aproveitamento integral daquela ponte. Esta ponte tem, aliás, os problemas de acesso resolvidos, inclusive a sul, onde eles eram mais difíceis devido à existência de uma unidade fabril, pois a administração dessa unidade está disposta a dar todas as facilidades para que o acesso da parte sul se faça passando pelos seus terrenos.

Um outro problema que queria aqui levantar, porque me foi transmitido por largas dezenas de pessoas, é o do desencanto, da muita crítica, e até talvez de alguma violência, a respeito dos órgãos de comunicação social. Eu tiver ocasião de constatar que, no que diz especialmente respeito à Radiodifusão Portuguesa, o serviço não era perfeito na zona ao norte do Ribatejo. Estive a conversar com um casal — e sei que haveria outros — que andou centenas de quilómetros para se deslocar à zona da cheia porque habitam lá os seus pais e um dos seus filhos. Esse casal teve de fazer essas centenas de quilómetros gastando o seu dinheiro e o seu tempo para se poder certificar, no local, de como estavam os seus. Se a Radiodifusão Portuguesa tivesse dado uma informação em cima da hora e mais correcta, talvez situações como esta se pudessem evitar. É bom, pois, que de futuro não se repitam situações como estas, e espero bem que assim seja.

Por último, cabe aqui endereçar algumas palavras de louvor a quem colaborou, também com parquissimos recursos, dando a sua preciosa ajuda: as forças armadas, os bombeiros, as autarquias locais, cujo trabalho desenvolvido não é de mais realçar. Só quem viu aqueles homens horas seguidas com água pelo peito para retirar dezenas e dezenas de pessoas do perigo de uma morte iminente é que pode de facto ter uma palavra de louvor para esses homens abnegados que tanto lutaram pelo seu semelhante.

*Aplausos gerais.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Cunha Simões.

O Sr. Cunha Simões (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Antes de começar a minha intervenção, queria dizer ao Sr. Deputado Manuel Dias que na verdade o problema da ponte de Praia do Ribatejo, sobre o Tejo, foi há tempos tratado por mim, tendo contactado as Câmaras da Barquinha e de Constância sobre o assunto. Tenho a impressão que está em bom andamento e por isso esperemos que a ponte não seja destruída em favor da outra que lá está.

A Sr.ª Ercília Talhadas (PCP): — Então o dinheiro do povo?

O Orador: — Quanto a esse assunto, Sr.ª Deputada, a verdade é que eu ando de um lado para o outro a tratar dos assuntos do povo. (*Risos do PCP.*) Não estou aqui a perder tempo, como os Srs. Deputados costumam fazer; não estou aqui a gastar ho-

ras e horas ao povo português sem lhe dar nada em troca, Sr.ª Deputada. Aliás, eu estava a dar uma explicação ao Sr. Deputado Manuel Dias.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, faça o favor de fazer a sua intervenção.

O Orador: — Eu quis apenas responder àquela senhora tão simpática, mas que não gosta nada de mim.

*Risos gerais.*

A Sr.ª Ercília Talhadas (PCP): — Acertou!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Entro agora na minha intervenção propriamente dita.

É sabido que todos os períodos de convulsão social representam grave perigo para o património artístico e mesmo, em muitos casos, para o património cultural de um povo.

Pode dizer-se que nesse aspecto o que se tem passado em Portugal nos últimos quatro anos é realmente dramático para a herança que neste aspecto nos foi legada e nos obrigamos a transmitir aos vindouros. Na verdade é indesmentível que continuamos sem rever e actualizar a incompleta classificação de monumentos considerados nacionais e imóveis considerados de interesse público. Continuamos sem um inventário sistemático dos valores artísticos, paisagísticos e culturais.

Valiosos arquivos das autarquias, das intituições públicas e até particulares são pasto das chamas ou material de ferro-velho.

Não se fez, e possivelmente nunca se fará, um levantamento etnográfico que fixe determinados estados da cultura portuguesa indispensáveis para nos entendermos como povo.

Há um diploma que obriga à conservação dos arquivos das empresas portuguesas com mais de vinte anos sem que no entanto se crie qualquer serviço de inspecção e recolha dessa documentação onde se fiscale a sua destruição.

As nossas paraculturais Secretarias de Estado estão cheias de gente que pouco faz, limitando Portugal à área da cidade de Lisboa onde trabalham e habitam.

O Sr. Manuel Dias (PS) — Muito bem!

O Orador: — Em Tomar fez-se a primeira exposição de arqueologia industrial, demonstrativa de que a tecnologia entrou decididamente na sua fase histórica, tornando-se fundamental organizá-la nesse sentido.

No entanto, todos os dias se destrói e se vende para a sucata exemplares únicos de máquinas que nos convinha conservar e integrar no património cultural do povo português.

O Sr. Carlos Robalo (CDS) — Muito bem!

O Orador: — A museologia é decisiva na organização da educação permanente, do turismo e de outras formas de organização social de vital importância para o nosso país.

Como é evidente pretendemos que estes assuntos sejam tratados por Secretarias de Estado de âmbito

nacional com capacidade de apoio em qualquer província portuguesa ou região autónoma.

É conveniente que medidas de largo alcance e de decisiva importância sejam tomadas no campo da cultura para que se salvaguardem da subutilização por repartições, quartéis, arrecadações, hospitais, albergues de mendicidade, os muitos conventos e mosteiros vendidos em hasta pública nos meados do século passado. Convém terminar de uma vez para sempre com esta situação, dando a tais edifícios missões condignas cultural e socialmente.

Casos há em que o abandono lento da subutilização foi simultâneo com o desaparecimento das obras de restauro e manutenção, transformando muitos destes imóveis em montões de ruínas, como é o caso do Convento de S. Francisco, em Tomar, mutiladíssimo pela utilização de caserna em que se viu transformado logo após a extinção das ordens e actualmente prestes a ruir por falta de conservação.

Todas as diligências locais para evitar um desacato desta natureza têm resultado em vão devido à burocracia e às desculpas tradicionais: falta de verbas, espera por despacho, interesse por parte do Exército, etc.

Por todo o País os monumentos estão abandonados e desprezados, fisicamente em destruição acelerada.

Como aqui já uma vez afirmei, não têm guardas, nem cicerones, nem qualquer espécie de protecção.

O Convento de Cristo é um exemplo de entre muitos, sem que isto queira dizer que o resto do País se encontra bem ou mesmo que não haja casos bastante mais graves; pois bem, no que se pode considerar a casa-mãe da arte portuguesa, confrange o abandono e o desrespeito a que tudo está votado. Uma instalação eléctrica precária ameaça uma parte do edifício, que pode a todo o momento ser devorado pelas chamas. Os telhados em derrocada, as janelas podres e destruidas, os soalhos deteriorados pelas infiltrações, o lento corroer das fundações de grande parte do edifício infiltrado de água das cisternas, são mais do que prenúncios de gritos de dor que arrepiam e que nos compete extinguir.

A recente presença de um grupo de retornados que ali se alojaram por absoluta falta de espaço noutro ponto mais próprio da cidade causou o desgaste normal de uma utilização forçada de locais que mereceriam de imediato completa reparação.

**O Sr. Carlos Robalo (CDS):** — Muito bem!

**O Orador:** — As colecções de azulejos, extremamente importantes para a história daquele tipo de decorações em Portugal, são as que mais sofrem com subutilizações deste tipo, que urge banir o mais depressa possível e radicalmente da vida dos nossos monumentos.

Aliás, o Centro do País contém núcleos habitacionais de invulgar interesse arquitectónico e com marcas de habitação relevante, que deviam obrigar à sua imediata classificação e orientação futura, de modo a manter a sua traça e a sua beleza. Neste caso estão as povoações da Pedreira, Vila Velha de Ourém, Golegã, parte da cidade de Tomar, Olalhas, etc.

Mas nada disto é de admirar se o facto for comparado com a destruição total do arquivo da Polícia de Coimbra, vendido ao ferro-velho por um comandante progressista da dita Polícia, que assim mandou destruir, na sua criminosa ignorância, entre outros, os arquivos dos extintos conventos da região coimbrã, recolhidos a seu tempo naquela corporação e conservados até 1975.

Até hoje não nos consta que tenham sido pedidas responsabilidades, nem pelo menos aberto aquele inquérito que nunca ninguém sabe como se fecha.

**Sr. Presidente, Srs. Deputados:** Era conveniente que o Ministério da Cultura tivesse vida própria, orçamento próprio e independente. Desta maneira, poder-se-ia pedir responsabilidades e exigir trabalho.

Diga-se, em abono da verdade, que pelo menos nos últimos dois anos passaram pelo Ministério da Cultura dirigentes de comprovadas qualidades que só não fizeram mais porque a máquina burocrática mais não deixou.

O 25 de Abril, que curiosamente se baseia em princípios respeitáveis de maior consideração pela cultura portuguesa, fez-se para fomentar a cultura e a defesa do património. Na verdade pouco ou nada se tem feito por estes aspectos a não ser palavreado oco ou legislação inoperante.

Estamos certos de que não continuará a ser assim, e se para tanto for necessário não haja receio: crie-se urgentemente o Ministério da Cultura.

*Aplausos do CDS.*

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, terminou o período de antes da ordem do dia. Antes, porém, de iniciarmos o período da ordem do dia queria lembrar à Câmara que faz hoje anos que foi assassinado o general Humberto Delgado.

Este homem, de quem fui companheiro e depois amigo, pela repercussão nacional que tiveram as suas atitudes lutando pela emancipação do povo português, este homem que teria trazido uma vida nova ao País se não tem sido assassinado e que, como já tive ocasião de dizer a esta Câmara, foi o único Presidente da República eleito após o 25 de Maio e até ao 25 de Abril, se tem continuado a viver, poderia sem dúvida ter antecipado o 25 de Abril. Por isso a sua morte foi uma tragédia nacional que não podemos avaliar, mas podemos pensar na grandeza e na gravidade que foi a sua perda para o povo português.

Como disse há pouco, fui seu companheiro, fui secretário da comissão executiva da campanha para a sua Presidência, e por isso não podia deixar passar esta data sem uma referência. Uma referência simples, aliás, pois estava à espera — e desculpem dizer-lhes isso — que algum Sr. Deputado tivesse esta ideia, pelo que só levanto a minha voz porque mais ninguém se lembrou de o fazer.

Quero, portanto, prestar homenagem ao general Humberto Delgado — e tenho pena de não ter reflectido antes neste assunto — pedindo à Câmara, se estiver de acordo, que guardemos um minuto de silêncio em sua memória.

*A Câmara guardou, de pé, um minuto de silêncio.*

## ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente: — Entramos agora no período da ordem do dia.

Em primeiro lugar, vai ser feita a leitura de um relatório e parecer da Comissão de Regimento e Mandatos.

Para esse efeito tem a palavra o Sr. Deputado Guerreiro Norte.

O Sr. Guerreiro Norte (PSD): — É do seguinte teor o relatório e parecer da Comissão de Regimento e Mandatos:

Em reunião realizada no dia 13 de Fevereiro de 1979, pelas 17 horas e 30 minutos, foi apresentada a seguinte substituição de Deputados:

1 — Solicitada pelo Partido Socialista: Rui Paulo do Vale Valadares (círculo eleitoral de Viseu), por Henrique do Carmo Carminé. Esta suspensão é pedida por um período de cinco meses.

2 — Analisados os documentos pertinentes de que a Comissão dispunha, verificou-se que o substituto indicado é real e actualmente o primeiro candidato eleito ainda não solicitado na ordem de precedência da lista eleitoral, apresentada a sufrágio pelo referido partido, no respectivo círculo eleitoral.

3 — Foram observados todos os preceitos regimentais e legais.

4 — Finalmente, a Comissão entende proferir o seguinte parecer:

A substituição em causa é de admitir, uma vez que se encontram verificados os requisitos legais.

A Comissão: Vice-Presidente, *Manuel Cardoso Vilhena de Carvalho* (PSD) — Secretário, *Alexandre Correia de Carvalho Reigoto* (CDS) — Secretário, *José Manuel Maia Nunes de Almeida* (PCP) — *António Cândido Miranda Macedo* (PS) — *Herculano Rodrigues Pires* (PS) — *Cristóvão Guerreiro Norte* (PSD) — *Nicolaus Gregório de Freitas* (PSD) — *Álvaro Augusto Veiga de Oliveira* (PCP) — *Acácio Manuel de Frias Barreiros* (UDP).

O Sr. Presidente: — Há alguma oposição?

Pausa.

Como não há, considera-se aprovado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Leite para fazer a apresentação do projecto de lei n.º 186/I — Alterações ao regime jurídico da regulamentação de trabalho.

O Sr. Jorge Leite (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: São, em geral, conhecidos e são particularmente sentidos por largas camadas da população portuguesa os resultados a que tem conduzido a política económica e social dos últimos governos. Ditada por preocupações e por objectivos que têm muito a ver com as razões do capital ligado ao imperialismo e nada com as razões de trabalho, tal política não poderia deixar de apresentar, nos resul-

tados, a sua marca de origem: a restauração dos privilégios do grande patronato à custa do agravamento das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Muito bem!

O Orador: — E isto, note-se, não tem nada a ver com o «bom coração», ou a falta dele, dos sucessivos responsáveis por tal política. Não custa mesmo admitir que a alguns deles doa que a restauração dos privilégios leve agarrada a si, como seu reverso inseparável, os pesados sacrifícios de quem produz. Mas tudo isto tem muito que ver com a opção fundamental entre quem produz e quem se apropria do que os outros produzem, entre os possidentes dos meios de produção e os que são donos, apenas, da sua força de trabalho. A dor de coração pelos sacrifícios dos que trabalham não chega à cabeça dos que optaram por aqueles que se apropriam do que os outros produzem, quer a opção pertença aos partidários, quer pertença aos despartidários, quer pertença aos independentes, caso em que os independentes o são na mesma medida do capital, quer dizer, são muito independentes das razões de quem trabalha, mas substancialmente determinados pelas razões de quem detém o capital.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Naturalmente, não se vai cometer o erro de assacar aos sucessivos diplomas legais relativos à contratação colectiva a exclusiva ou sequer a principal responsabilidade pelos resultados de tal política, mas pode dizer-se que tais diplomas têm também contribuído, por várias formas, para esses mesmos resultados ou, dizendo de uma maneira mais clara, tais diplomas são também um instrumento da estratégia da política de recuperação capitalista que tem vindo a ser prosseguida.

Vejamos porquê: em primeiro lugar, o congelamento e condicionamento dos aumentos salariais, por via do estabelecimento dos chamados «tectos salariais», acompanhados da liberalização dos preços, tem conduzido a uma nova redistribuição do rendimento nacional reduzindo a parte distribuída ao trabalho e aumentando a fatia que cabe aos restantes factores, designadamente ao capital.

Aos trabalhadores cabem hoje 54% ou 48% do rendimento nacional, conforme se entre ou não em linha de conta com as contribuições patronais para a Previdência, contra 69,2% ou 63,3% em 1975, atingindo hoje valores muito próximos dos verificados em 1973. Enquanto aumenta a fatia do bolo distribuída ao capital, os recursos dos trabalhadores são cada vez mais magros, degradando-se, continuamente, os seus salários reais. Dizia, há dias, o Sr. Vice-Primeiro-Ministro, aqui, na Assembleia da República, que era necessário estimular a poupança das empresas e, por essa via, estimular o próprio investimento destas. Certamente ninguém está contra o aumento da poupança das empresas e muito menos contra os investimentos das mesmas desde que enquadrados, uns e outros, no nosso regime democrático constitucional. Mas não deixa de ser muito significativo que o Sr. Vice-Primeiro-Ministro tenha

tornado muito claro que tal aumento da poupança haja de fazer-se com e à custa do sacrifício das condições de vida dos trabalhadores. A lógica do sistema de que a política do Governo, às ordens do FMI, constitui um reflexo é essa mesma: a recuperação capitalista e o capitalismo em geral «alimentam-se» a si próprios da exploração dos trabalhadores.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Em segundo lugar, por inadequação das sanções previstas nos diplomas legais e por falta de aplicação das que estão previstas, o grande patronato tem recorrido à prática, mais ou menos generalizada, de manobras dilatórias, quando não mesmo à prática do mais descarado e frontal boicote às negociações. Estas arrastam-se, muitas vezes penosamente, durante largos meses, sem se chegar a quaisquer resultados ou chegando-se a resultados de alcance reduzido.

O patronato sabe que o tempo corre a seu favor e revela preocupar-se pouco ou nada com as tensões sociais que tais situações originam e agudizam. O patronato é, de facto, o responsável por muitas das tensões sociais ultimamente verificadas. Aliás, deve dizer-se que o patronato tem encontrado nos responsáveis do Ministério do Trabalho bons aliados, por via da complacência ou da cumplicidade destes, no arrastamento da conclusão e publicação dos instrumentos de regulamentação colectiva. Vale a pena salientar, a este propósito, dois aspectos da caracterização actual da regulamentação colectiva das condições de trabalho: o tempo de vigência das tabelas salariais e a falta de produção de resultados das comissões técnicas, nomeadas em 1978, para elaborarem os projectos de portarias de regulamentação colectiva.

O período médio ponderado durante o qual vigoraram as tabelas salariais que foram actualizadas em 1978, ou o deveriam ter sido nesse ano, foi de 21,7 meses, cálculo feito com base em diversos sectores abrangendo cerca de 1 070 000 trabalhadores. Assim, por exemplo, os trabalhadores têxteis, cujo último aumento começou a vigorar em 1 de Janeiro de 1977, não viram, até hoje, actualizados os seus salários, o que significa que os cerca de 280 000 trabalhadores do sector mantêm os salários de há cerca de 25,5 meses. Os salários dos metalúrgicos não sofreram alterações durante 22 meses, os dos CTT durante 25 meses, os dos trabalhadores do sector das madeiras durante 24 meses, aguardando ainda a actualização dos seus salários. Por outro lado, 16 das comissões técnicas nomeadas em 1978 não apresentaram, durante esse ano, quaisquer resultados, ou estes não foram publicados, e, no entanto, a maior parte delas tem já uma existência suficientemente longa para tornar escandalosa tamanha ineficácia.

Verifica-se, assim, um prejuízo acrescido para os trabalhadores: não só o aumento dos salários é inferior à taxa de inflação, como esse magro aumento é recebido com significativo atraso e, portanto, com um poder de compra mais reduzido. Ao invés, os «donos» dos bens que os trabalhadores produzem não têm de aguardar 24 meses, 12 meses, 6 meses ou 1 mês para aumentar o preço por que os ven-

dem (a subida dos preços está liberalizada e pode, por isso, ser contínua), mas gozam do privilégio de não serem legalmente obrigados a pagar pela força de trabalho um aumento ao menos correspondente à taxa de inflação e, ainda por cima, gozam do escandaloso privilégio de pagar tarde esse aumento, com isenção de quaisquer juros de mora.

Em terceiro lugar, as restrições ao objecto de negociação, prática legislativa bastante generalizada entre nós nos últimos tempos, impedindo o estabelecimento por via negocial de melhores condições de trabalho, por um lado, e a redução, por via administrativa, de regalias já alcançadas e consagradas em anteriores instrumentos de regulamentação colectiva, por outro lado, agravam, naturalmente, o panorama descrito. É por via da primeira destas medidas que os trabalhadores não podem, por exemplo, melhorar o regime legal dos contratos a prazo. A segunda das medidas referidas — redução por via administrativa de regalias alcançadas — é uma espécie de cavalo de Tróia, é certo que até hoje ainda não muito bojudo, introduzido no seio do regime jurídico da contratação colectiva. Cavalo de Tróia até hoje ainda não muito bojudo, mas de dentes suficientemente afiados para permitir, por exemplo, que a portaria de regulamentação de trabalho para a indústria química, publicada em 29 de Julho de 1977, reduzisse a remuneração das horas extraordinárias e do trabalho prestado em dia de descanso ou em dia feriado, eliminasse o pagamento de medicamentos não coberto pela Previdência, etc., e que a portaria de regulamentação de trabalho para a panificação, de 28 de Fevereiro de 1977, repusesse o regime de trabalho praticado em 1971 e que, entretanto, havia sido alterado pelo empenhamento e pela luta dos trabalhadores. Escandaloso e injusto retrocesso se opera também por via administrativa no que respeita ao horário semanal dos mineiros.

E, já que falámos em mineiros, saliente-se que esta camada de trabalhadores, que laboram nas mais precárias, arriscadas e insalubres condições, teve, ao fim de 29 meses de vigência das tabelas anteriores, um aumento médio salarial de 12,9%. 12,9% de aumento para 29 meses de espera . . .

O projecto de lei n.º 186/I, do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, de que fazemos hoje a apresentação, não é um projecto sobre o regime jurídico da regulamentação colectiva de trabalho globalmente considerado. A sua ambição é, de facto, mais modesta. Visa, tão-somente, alterar os aspectos mais negativos do regime vigente, nomeadamente, como se aponta na memória justificativa, «pôr termo à política dos condicionamentos salariais por via legal, restabelecer os mecanismos da livre negociação, tornar mais célere o processo de negociação, bem como a publicação e centrada em vigor dos instrumentos de regulamentação de trabalho e, em geral, contribuir para restituir à contratação colectiva o seu verdadeiro conteúdo e significado», pondo-a, ao mesmo tempo, de acordo com «as normas constitucionais e com as disposições da Convenção n.º 98 da OIT».

Procura-se, com este projecto, pôr termo aos condicionamentos salariais por via do decreto-lei, restabelecendo, também por essa forma, os mecanismos da livre negociação, porque, como já se mostrou,

tais condicionamentos, em contraste com a liberalização da subida dos preços, têm contribuído para a degradação do poder de compra dos salários dos trabalhadores. No artigo novo (3.º-A), que se adita ao Decreto-Lei n.º 164-A/76, apontam-se, porém, os indicadores a ter em conta na determinação dos salários mínimos de categoria: a diminuição do poder de compra verificada antes da entrada em vigor dos respectivos instrumentos de regulamentação colectiva e a previsão do aumento do custo de vida no prazo durante o qual vai vigorar o novo IRC. Ao mesmo tempo, prevê-se a hipótese de os salários serem actualizados durante o período previsto para a sua vigência, desde que a subida do custo de vida ultrapasse os limites inicialmente previstos.

Procura-se, por outro lado, tornar mais célere o processo de negociação e impedir os atrasos geralmente verificados na publicação e entrada em vigor dos instrumentos de regulamentação colectiva.

Neste sentido, estabelece-se a obrigatoriedade de publicação destes instrumentos no *Boletim do Trabalho e Emprego* no prazo de quinze dias contados a partir do depósito dos respectivos instrumentos, entendendo-se que o decurso deste prazo produz, no que respeita às convenções, decisões arbitrais e acordos de adesão, todos os efeitos da publicação se, entretanto, não tiver ocorrido legítima recusa de depósito. Por isso mesmo, estes instrumentos deverão ser depositados no Ministério do Trabalho, no Supremo Tribunal de Justiça e na Procuradoria-Geral da República.

Proíbe-se ainda a redução ou supressão por via administrativa de regalias dos trabalhadores fixadas em anterior instrumento de regulamentação colectiva e procura-se pôr termo à prática generalizada, consentida pelo actual regime jurídico, de alargamento escandaloso dos períodos de vigência dos instrumentos de regulamentação colectiva, estabelecendo-se que os mesmos podem ser denunciados dez ou doze meses — conforme se trate ou não da revisão de cláusulas com expressão pecuniária — após o termo do prazo de vigência estabelecido para as convenções, substituídas por aqueles que se pretendem rever.

Estes são alguns dos mais importantes aspectos do projecto de lei n.º 186/I.

**Sr. Presidente, Srs. Deputados:** Com estas propostas de alteração ao regime jurídico da contratação colectiva o Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português espera contribuir para que a contratação colectiva desempenhe na nossa sociedade as funções que lhe cabem, quer na melhoria das condições de vida e de trabalho, quer na descompressão de tensões sociais.

A situação actual não serve os interesses dos trabalhadores nem os da economia nacional. O actual regime jurídico da contratação colectiva serve apenas uma minoria da população. O grande patronato, que tão raivosamente tem reclamado a alteração de várias leis de trabalho, tem, significativamente, silenciado a necessidade de alterar as actuais leis da contratação. Ele sabe que o regime que está lhe serve, porque o que serve o grande patronato é o que serve a recuperação dos seus privilégios. Mas, como provaram quarenta e oito anos de fascismo, os pri-

vilégiros do grande patronato não servem os interesses do País e são mesmo contrários a esses interesses.

#### *Aplausos do PCP.*

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, vamos agora tratar da apreciação do pedido de urgência solicitado pelo PCP para a apreciação dos seguintes projectos de lei: n.º 165/I — Educação e ensino especial; n.º 170/I — Comissões consulares de emigrantes; e n.º 175/I — Protecção contra despedimentos dos representantes dos trabalhadores.

#### *Pausa.*

Como ninguém quer usar da palavra acerca deste pedido de urgência, vamos votar a urgência solicitada.

*Posta a questão, foi concedida, por unanimidade, a urgência solicitada.*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado António Esteves para uma declaração de voto.

**O Sr. António Esteves (PS):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Votámos a favor da urgência pedida para os projectos de lei apresentados pelo PCP. Todavia, faço notar que numa só sessão o PCP apresenta e pede a urgência para três diplomas. Sem entrar no fundo da questão, ou seja, saber se eles são ou não urgentes, o que se nos afigura é que se está a vulgarizar de tal maneira o pedido de urgência em relação aos diplomas legislativos que acabamos por os ter durante longos tempos nas comissões, todos eles com urgências aprovadas pelo Plenário.

Assim, faço esta declaração de voto no sentido de alertar para que no futuro os partidos usem com alguma parcimónia o pedido de urgência, sob pena de o mesmo deixar de ter qualquer significado.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Robalo, também para declaração de voto.

**O Sr. Carlos Robalo (CDS):** — Sr. Presidente, é para dizer que efectivamente o pedido de urgência entrou numa tal rotina que nada tem de urgente. Existem diplomas com urgência votada há dois meses e que ainda não vieram a este Plenário. Quero chamar a atenção da Câmara para a conveniência de que numa possível revisão do Regimento este assunto seja tratado.

**O Sr. Sousa Marques (PCP):** — Algumas dessas urgências são por vossa causa.

**O Orador:** — Sr. Deputado, isto é só acerca de um pedido de urgência. Não vale a pena estar com «bocas», pois este não é um tema para «bocas». Reserve-se para melhor oportunidade.

Votámos favoravelmente porque é uso e costume, é uma rotina que não conduz a nada, ou por outra, só leva a que a urgência não tenha qualquer significado nesta Assembleia.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Veiga de Oliveira, igualmente para declaração de voto.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não fámos, em princípio, fazer nenhuma consideração sobre o nosso voto, mas parece-nos útil fazê-la, já que dois grupos parlamentares referiram uma excessiva complacência da Câmara para com os pedidos de urgência. Estamos dispostos a considerar este assunto no local próprio, que não é o Plenário, mas lembramos que há uma estatística dos pedidos de urgência, podendo compulsar-se quantos foram feitos, e tenho a certeza de que encontrarão por parte do PCP o menor número no total desses pedidos de urgência.

O Sr. Sousa Marques (PCP): — Perante isto, o silêncio!

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — É que nós não temos um serviço tão bem organizado nem tantos funcionários!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, foi apresentado o projecto de lei n.º 205/I, apresentado pelo PCP — Criação da freguesia de Outeiro do Cabeço, no concelho de Torres Vedras —, o qual baixa à 11.ª Comissão.

Foi também apresentado pelo PS o pedido de ratificação (ratificação n.º 55/I) do Decreto-Lei n.º 17/79, que revoga o Estatuto da Radiodifusão Portuguesa, E. P., e estabelece disposições adequadas a um curto período de transição, por forma a habilitar a comissão administrativa a tomar e a propor ao Governo as medidas necessárias a uma reestruturação interna da empresa.

Srs. Deputados, foi atingido nos sentimentos de filho extremoso o nosso colega e Secretário da Mesa Maia Nunes de Almeida, homem de uma simpatia inexcedível, de um trabalho profícuo e de uma sensibilidade que transparece, ainda que não seja exibida. Não queria deixar de lhe apresentar os nossos sentimentos de pesar pela dor que o atingiu. Estou convencido de que a Câmara me acompanhará neste sentimento de pesar para com este camarada que foi durante a doença do pai um filho mais que extremoso, um enfermeiro desvelado, bem merecendo esta nossa manifestação de simpatia.

Srs. Deputados, como não há tempo para discutir a ratificação que se segue na ordem do dia, dou por findos os nossos trabalhos de hoje.

Está encerrada a sessão.

Eram 19 horas e 50 minutos.

*Voto de pesar apresentado pelo Presidente da Assembleia da República e aprovado pelo Plenário:*

Neste momento de calamidade, que tanto sofrimento e angústia tem trazido a muitos portugueses, com perda de tantos haveres, a Assembleia da República manifesta o seu pesar diante de tão dramática situação e a sua solidariedade para com as vítimas dos temporais.

A Assembleia da República exorta ainda o Governo a tudo fazer para minimizar os efeitos e tentar rapidamente reparar os danos provocados.

#### Rectificação ao n.º 24, de 19 de Janeiro de 1979

Não tendo sido incluída, por lapso, no original do n.º 24 a declaração de voto individual do Deputado Sousa Franco (PSD), ao abrigo do n.º 3 do artigo 100.º do Regimento, sobre a votação final global do projecto de lei n.º 108/I — Bases gerais dos ensinos particular e cooperativo, deve a mesma ser considerada como fazendo parte integrante daquele original, a seguir à última página.

Para esse efeito, portanto, agora se publica o texto da declaração de voto, que é o seguinte:

1 — Votei favoravelmente o texto final, e não o fiz apenas por disciplina parlamentar. Creio que — como consta da declaração de voto do PSD — ela não é, nem na formulação técnica, nem na precisão e rigor das soluções, nem no coerente enquadramento num projecto didáctico-pedagógico, nem sequer no grau de urgência com que foi produzido, um diploma óptimo. Mas a democracia é compromisso, e o progresso constrói-se apenas com soluções que em cada momento sejam as melhores de entre as possíveis. O acordo com soluções limitadas, e mesmo assim longe de alcançar o nível dos 100 %, é um exercício de realismo e humildade democrática que de tão pouco praticado em Portugal, por isso mesmo demonstra como chegámos ao grau de deterioração a que chegámos: pois é praticando a convergência e o compromisso, à luz do interesse nacional, que se rejeita a confrontação política, procurada por quem só vê os interesses partidários.

Pela primeira vez em Portugal, nos últimos cinquenta anos, se define um quadro legal progressista para o ensino privado e cooperativo, sem o qual não existe liberdade de ensino (embora esta alcance mais ampla dimensão e deva existir também no ensino público, como sempre se afirmou). Bastaria isso para justificar o voto favorável de quem, como o signatário, há longos anos vem lutando pela liberdade de ensino — e, portanto, pela liberdade do ensino não estadual, forma eminentemente de respeitar os direitos das pessoas e das famílias.

A justificação deste voto far-se-á em dois planos: o da filosofia das iniciativas promovidas, no quadro do grupo parlamentar social-democrata, pelo signatário e por outros parlamentares, dado que muito delas aqui se encontra afinal, e é de duvidar, se não fora o projecto do PSD e a exigência traduzida na marcação de uma «ordem do dia», alguma vez fosse acolhida por algum governo ou outro grupo parlamentar; e um juízo de especialidade sobre o texto ora votado, sem prejuízo da concordância com a declaração de voto do meu camarada.

2 — Seguiu-se a orientação de abordar num diploma as bases gerais do ensino privado e cooperativo e em outro — ainda por discutir — os princípios e garantias da liberdade de ensino em geral.

Não creio que as duas realidades sejam dissociáveis, e por isso mesmo a orientação adoptada no projecto do PSD (primeira e segunda versões) se me afigura mais correcta.

É por de mais evidente que não se pretende que a simples existência de regimes de apoio ao ensino particular — privado ou cooperativo — seja a única forma de assegurar a liberdade; pretende-se, isso sim, que ela é imprescindível à existência da liberdade de ensino. Tão-pouco se pretendem criar espaços privilegiados em que aos mais ricos se garantia a liberdade de ensino — e o ensino de qualidade — que aos mais pobres é recusado. O que se pretende é que, pela aplicação desse regime, o ensino particular e cooperativo passe a ser um ensino para todos, e não só para os mais ricos. Nem se diga que vai tirar-se ao Estado o dinheiro de que ele precisaria para pôr cobro ao caos em que está o ensino público: pois é certo que a produtividade dos dinheiros públicos aplicados no ensino privado é bem superior, ou seja, fica por cabeça mais económico financiar um aluno na escola privada do que o mesmo aluno na escola pública.

Claro que mais importante do que tudo isto é a faculdade de livre opção, concedida aos estudantes e suas famílias, pelo tipo de ensino que preferem. Fosse insuportável o seu custo, e poderia responder-se que os direitos não têm preço.

Nem assim é, todavia, como está sobejamente demonstrado.

3 — Alguns princípios gerais atinentes à liberdade de ensino — sem prejuízo de outros, que virão a constar, espera-se, de outro diploma — são todavia consagrados neste articulado e eles são em geral positivos.

Desde logo, a fundamentação da liberdade de ensino constante do artigo 1.º é correcta, baseando-a no direito ao desenvolvimento da personalidade, com reconhecimento da prioridade da decisão familiar sobre a escolha do ensino para os filhos e definição correcta do papel do Estado e seus objectivos.

Por outro lado, a consideração como de interesse público das actividades particulares integradas no sistema nacional de ensino (artigos 2.º e 3.º) corresponde também, correctamente, ao abandono do ensino particular como mero ensino tolerado que, num gueto de indiferença, pode existir, mas nada tem que ver com o ensino público. Depois do privilégio do ensino religioso, típico do antigo regime, e da luta pelo laicismo, típica da monarquia liberal — com violentos ataques anticlericais na República, entre 1910-1917 sobretudo —, entrou-se numa fase de tolerância condicionada, que foi a do Estado Novo, com ameaças de nacionalização (1975) e liberdade-tolerância depois da Revolução. É tempo de adoptar um conceito de liberdade-função para a escola privada, em que se reconhece a sua função de interesse público, e os apoios dados são contrapartida dos deveres犁vemente assumidos.

4 — Considero ainda que diversas disposições representam significativa maioria em relação ao regime de «tolerância autoritária», que herdámos do Estado, condimentando-o com a ameaça gonçalvista da nacionalização. Até agora, al-

go de positivo fora decidido (pelo VI Governo Provisório como pelos Governos Constitucionais), mas sem a filosofia de conjunto que o projecto de lei n.º 25/I, que elaborei, visava introduzir.

Entre elas menciono:

- a) A equiparação de escolas privadas e cooperativas, quando dentro do sistema nacional de ensino, entre pessoas colectivas de utilidade pública (artigo 3.º, n.º 2), ficando isentas de imposto profissional as remunerações dos respectivos professores;
- b) A aplicação a todos os campos de ensino e a qualquer nível educativo, mesmo em termos especiais, ao ensino superior (artigo 4.º);
- c) A definição, em termos substancialmente correctos, das atribuições do Estado, pondo cobro à velha tutela, ao «negócio dos abonos» e ao «apoio por esmola ou cunha», até agora corrente (artigo 6.º, n.º 2), e bem assim das respectivas finalidades (artigo 6.º, n.º 1);
- d) A aceitação, em termos vagos, de um regime regular de subsídios e de contratos de apoio [artigo 6.º, n.º 2, alínea d)]; os critérios para a sua atribuição e celebração representam um avanço menor do que propunha o PSD (artigo 8.º);
- e) A definição precisa dos requisitos para a fundação de escolas (artigo 7.º);
- f) O respeito pelos estabelecimentos de ensino eclesiástico e pelas «escolas de partido» (artigo 5.º), parecendo certo que muitas dúvidas vão resultar de a delimitação do seu âmbito não ser feita como na proposta do PSD;
- g) A regulamentação da publicidade (artigo 9.º);
- h) Um regime correcto da direcção pedagógica (artigo 10.º);
- i) Uma definição correcta — em cujo sentido há muito venho propugnando — da posição do professor do ensino particular, apontando para o estabelecimento de uma carreira docente e para a redução ou cessação das discriminações relativamente aos docentes do ensino público (artigos 12.º a 14.º, executando este princípio no domínio das garantias e direitos laborais, da transferência sem perda de direitos, do acesso a formas diversas de formação profissional, da relevância autónoma da experiência na lecionação para efeitos de profissionalização . . . );
- j) A abolição da suspeição didáctico-pedagógica, introduzindo com carácter permanente o instituto do paralelismo pedagógico (artigo 15.º);
- k) A equiparação dos alunos para efeitos de ação social escolar (artigo 16.º).

5 — Tudo isto é positivo, por certo, sem prejuízo das restrições já feitas. Tão positivo que bem posso dizer: este não é já o projecto do PS. E ainda bem! É claro que continua a depender de autorização a constituição de escolas — e não se estabelece um regime rápido e expedito para suprir a sua falta. É claro que a porta aberta para o ensino superior fica meio fechada por um decreto-lei a publicar. É certo que se não fixam critérios rigorosos e objectivos para a concessão de subsídios e a celebração de contratos, nem se define minimamente o seu conteúdo. É incompreensível que se não hajam introduzido no diploma outros benefícios fiscais — embora possam ajudar alguma coisa os termos algo confusos em que se admite que certos (não todos...) estabelecimentos possam ser equiparados a instituições de utilidade pública. E outras coisas faltam para que se possa dizer, com segurança, que esta «lei-quadro» dá garantias suficientes, e não poderia ser frustrada ou iludida na sua execução.

Há que esperar pois pelo longo período (cento e oitenta dias) que o Governo tem para elaborar o estatuto (artigo 17.º) e pelas restantes leis de execução. Para quem tanto esperou, parecerá pouco; para quem tanto tem obrigação de se ter preparado, é de mais. No próximo ano lectivo e no próximo orçamento veremos...

6 — Julgo, no entanto, que esta lei é passo sério para introduzir estruturas e instituições democráticas na nossa sociedade, para respeitar um importantíssimo direito do homem — o direito ao pluralismo educativo.

Não há sociedade pluralista sem que o sistema educativo seja pluralista: para isso se abre uma porta. Mesmo que ela seja estreita, revelaria fraco senso não a aproveitar. Pode ser este o começo do fim da estatização escolar em Portugal.

Veremos se a porta abre para um caminho a percorrer gradualmente e com passos decididos — ou se para um quintal onde o centralismo jacobino da nossa Administração Pública há-de querer entre quatro muros o desejo de liberdade que esta lei acolhe. Melhor seria que ela tivesse em si mais garantias, para que a sabotagem pela inércia, a que por certo serão propensos tantos maus demónios da nossa Administração, da nossa sociedade, da nossa cultura, não fosse punível. Esta, sim, é uma forma válida de abrir caminho à iniciativa privada e à criatividade pessoal, tão necessárias em Portugal, hoje como sempre. Esperemos que aqueles a quem compete abrir o caminho — e aqueles a quem caberá depois trilhá-lo e fazê-lo avançar — cumpram os seus papéis, colocando enfim o ensino privado livre, criativo, qualitativamente bom ao serviço dos fins necessários do sistema educativo português, a liberdade consciente dos Portugueses, a igualdade de acesso e de condições, a preparação dos alunos para a nossa sociedade de amanhã, que construirão e viverão o culto crescente da justiça social...

Se for assim, terá valido a pena dar este primeiro e tímido passo — e, por tê-lo dado, ficar com o direito de exigir que todos os demais sejam trilhados sem demora, pelos respectivos responsáveis. Uma lei progressista mata-se pela inacção. Esta, há que fazê-la viver.

Palácio de S. Bento 18 de Janeiro de 1979. — O Deputado do PSD, *António Sousa Franco*.

#### *Deputados que entraram durante a sessão:*

##### *Partido Socialista (PS)*

Adelino Teixeira de Carvalho.  
Alberto Arons Braga de Carvalho.  
Alberto Augusto M. da Silva Andrade.  
António Carlos Ribeiro Campos.  
António Fernando Marques Ribeiro Reis.  
António Francisco Barroso Sousa Gomes.  
António Jorge Moreira Portugal.  
António José Sanches Esteves.  
Aquilino Ribeiro Machado.  
Armando F. C. Pereira Bacelar.  
Armando dos Santos Lopes.  
Carlos Cardoso Lage.  
Delmiro Manuel de Sousa Carreira.  
Edmundo Pedro.  
Etelvina Lopes de Almeida.  
Euclio Manuel das Neves H. Mendes.  
Fernando Jaime Pereira de Almeida.  
Florêncio Quintas Matias.  
Francisco de Assis de M. Lino Neto.  
Herculano Rodrigues Pires.  
Jaime José Matos da Gama.  
João Joaquim Gomes.  
Jorge Augusto Barroso Coutinho.  
José Cândido Rodrigues Pimenta.  
José Luís do Amaral Nunes.  
José Maria Parente Mendes Godinho.  
Júlio Francisco Miranda Calha.  
Manuel Branco Ferreira Lima.  
Manuel Lencastre M. de Sousa Figueiredo.  
Maria de Jesus Simões Barroso Soares.  
Maria Teresa Vieira Bastos R. Ambrósio.  
Mário Alberto Nobre Lopes Soares.  
Mário Augusto Sottomayor Leal Cardia.  
Pedro Amadeu de A. dos Santos Coelho.  
Rodolfo Alexandrino Suzano Crespo.  
Sérgio Augusto Nunes Simões.

##### *Partido Social-Democrata (PSD)*

Afonso de Sousa Freire de Moura Guedes.  
Álvaro Barros Marques de Figueiredo.  
Amantino Marques Pereira de Lemos.  
Américo de Sequeira.  
Antídio das Neves Costa.  
António Augusto Gonçalves.  
António Joaquim Veríssimo.  
António Jorge Duarte Rebelo de Sousa.  
António Luciano Pacheco de Sousa Franco.  
Artur Videira Pinto da Cunha Leal.  
Fernando Adriano Pinto.  
Fernando José da Costa.  
Francisco Barbosa da Costa.

Francisco Braga Barroso.  
 João António Martelo de Oliveira.  
 José Adriano Gago Vitorino.  
 José António Nunes Furtado Fernandes.  
 José Augusto de A. de Oliveira Baptista.  
 José Ferreira Júnior.  
 José Joaquim Lima Monteiro de Andrade.  
 José Manuel M. Sampaio Pimentel.  
 José Manuel Ribeiro Sérvulo Correia.  
 José Rui Sousa Fernandes.  
 Júlio Maria Alves da Silva.  
 Manuel Cunha Rodrigues.  
 Mário Fernando de Campos Pinto.  
 Ruben José de Almeida Raposo.  
 Rui Manuel Parente C. de Machete.

#### Centro Democrático Social (CDS)

Adelino Manuel Lopes Amaro da Costa.  
 Álvaro Manuel Brandão Estevão.  
 António Jacinto Martins Canaverde.  
 António Simões Costa.  
 Carlos Alberto Faria de Almeida.  
 Eugénio Maria N. Anacoreta Correia.  
 João Gomes de Abreu de Lima.  
 José Duarte de A. Ribeiro de Castro.  
 José Luís R. de Albuquerque Christo.  
 José Manuel Macedo Pereira.  
 Manuel A. de A. de Azevedo Vasconcelos.  
 Narana Sinai Coissoró.  
 Nuno Kruz Abecassis,  
 Vítor António Nunes de Sá Machado.

#### Partido Comunista Português (PCP)

Carlos Alfredo de Brito.  
 Octávio Floriano Rodrigues Pato.  
 Zita Maria de Seabra Roseiro.

#### Independentes

António Poppe Lopes Cardoso.  
 José Justiniano Tabuada Brás Pinto.

#### *Deputados que faltaram à sessão:*

#### Partido Socialista (PS)

Agostinho Martins do Vale.  
 Albano Pereira da Cunha Pina.  
 António Alberto Monteiro de Aguiar.  
 António Fernandes da Fonseca.  
 António Magalhães da Silva.  
 António Manuel Maldonado Gonelha.  
 Beatriz Almeida Cal Brandão.  
 Bento Elísio de Azevedo.  
 Carlos Alberto Andrade Neves.

Carlos Manuel Natividade da C. Candal.  
 Fernando Tavares Loureiro.  
 Francisco Cardoso Pereira de Oliveira.  
 Jerónimo da Silva Pereira.  
 João da Silva.  
 Joaquim José Catanho de Menezes.  
 Joaquim Manuel Barros de Sousa.  
 Joaquim Oliveira Rodrigues.  
 Joaquim Sousa Gomes Carneiro.  
 José dos Santos Francisco Vidal.  
 José Gomes Fernandes.  
 José M. de Albuquerque de A. Leitão.  
 Ludovina das Dores Rosado.  
 Maria Emilia de Melo Moreira da Silva.  
 Mário Manuel Cal Brandão.  
 Telmo Ferreira Neto.

#### Partido Social Democrata (PSD)

Anatólio Manuel dos Santos Vasconcelos.  
 António Coutinho Monteiro de Freitas.  
 António Júlio Simões de Aguiar.  
 Armando António Correia.  
 Eduardo José Vieira.  
 Fernando José Sequeira Roriz.  
 Francisco M. L. de Sá Carneiro.  
 João Vasco da Luz Botelho Paiva.  
 José Alberto Ribeiro.  
 José Ângelo Ferreira Correia.  
 Manuel Sérgio Vila Lobos Menezes.  
 Maria Élia Brito Câmara.

#### Centro Democrático Social (CDS)

Diogo Pinto de Freitas do Amaral.  
 Henrique José C. M. P. de Moraes.  
 João Carlos F. Malhó da Fonseca.  
 João Lopes Porto.  
 João da Silva Mendes Morgado.  
 José Manuel Cabral Fernandes.  
 Rui Fausto Fernandes Marrana.  
 Rui Garcia de Oliveira.  
 Victor Afonso Pinto da Cruz.  
 Walter Francisco Burmester Cudell.

#### Partido Comunista Português (PCP)

Domingos Abrantes Ferreira.  
 Eduardo Sá Matos.  
 Joaquim da Silva Rocha Felgueiras.  
 Joaquim Gomes dos Santos.  
 Vital Martins Moreira.

#### Independentes

António Jorge de O. Aires Rodrigues.

O CHEFE DA DIVISÃO DE REDAÇÃO, José Pinto.

**PREÇO DESTE NÚMERO 18\$00**

**IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA**